

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

JÚLIA GONÇALVES RECH

O PAPEL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DO FÓRUM DO MACIÇO
DO MORRO DA CRUZ PARA A DEMOCRATIZAÇÃO E
EMANCIPAÇÃO SOCIAL DAS COMUNIDADES.

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 02/12/04

FLORIANÓPOLIS

2004


Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC
Este do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

JÚLIA GONÇALVES RECH

**O PAPEL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DO FÓRUM DO MACIÇO
DO MORRO DA CRUZ PARA A DEMOCRATIZAÇÃO E
EMANCIPAÇÃO SOCIAL DAS COMUNIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Doutor Raúl Burgos.

FLORIANÓPOLIS

JÚLIA GONÇALVES RECH

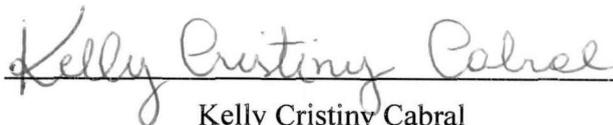
**O PAPEL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DO FÓRUM DO MACIÇO
DO MORRO DA CRUZ PARA A DEMOCRATIZAÇÃO E
EMANCIPAÇÃO SOCIAL DAS COMUNIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

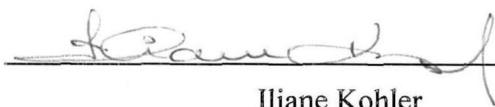
A Comissão Examinadora é integrada pelos membros:



Raúl Burgos
Professor Orientador



Kelly Cristiny Cabral
Assistente Social



Iliane Kohler
Professora do Departamento de Serviço Social – UFSC



Eriberto Meurer
Professor do Departamento de Sociologia – UFSC

Florianópolis, novembro de 2004.

*Aos meus pais, Clésio e Gilda, e ao meu
namorado Pedro, pelo auxílio e estímulo para a
conclusão deste trabalho, e por todos que me
auxiliaram nesta empreitada.*

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus pelo dom de vida, e força para a caminhada.

Gostaria de agradecer a todos que, de forma direta ou indireta contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade.

Aos meus pais, que tanto contribuíram, apesar de todas as dificuldades, para que esta importante etapa se realizasse.

À vó Maria, que me possibilitou a vinda e permanência em Florianópolis, muito obrigada.

À tia Eloi, pelo importante auxílio na construção do TCC. Meus agradecimentos.

Ao Pedro, meu namorado, por ter me acompanhado e me apoiado com tanto amor e carinho.

À Kelly Cabral pela lição de vida profissional, competência e amizade, sendo meu espelho neste caminho.

Ao Padre Vilson Groh, por ser um grande líder, exemplo e facilitador da democracia no Maciço do Morro da Cruz.

Ao Raúl Burgos que auxiliou na construção do Trabalho de Conclusão de curso.

Aos meus amigos, em especial Bethania Santos Vieira, Josiane Stimamiglio e minha irmã Danielle Gonçalves Rech, que cada uma de sua forma, mas de maneira muito especial, me ensinaram e participaram desta importante fase. A elas meu carinho.

RESUMO

RECH, J. **O Papel da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz para a democratização e emancipação social das Comunidades.** 2004. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

O Fórum do Maciço do Morro da Cruz, como espaço de democratização, proporciona aos moradores da área, oportunidade de articular, organizar, propor e encaminhar as demandas locais, na construção das políticas sociais públicas. Possui uma política inclusiva, propositiva e reivindicatória, frente à pobreza e pauperização que se vivencia, facilitando a participação popular. Em sua organização conta com a Comissão de Educação que busca implementar um plano político-pedagógico embasado no diagnóstico da realidade vivida pelos jovens e adolescentes do Maciço do Morro da Cruz. Esta comissão procura elaborar uma capacitação periódica e contínua dos professores, promovendo também encontros quinzenais entre os diretores, e encontros de professores visando abordar temas ligados à educação e construção de reivindicações conjuntas para melhoria na qualidade do ensino, levando em conta o cotidiano de seus alunos.

Palavras-Chave: Fórum do Maciço do Morro da Cruz, Escolas e Educação.

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

ADESS	AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL SOLIDÁRIO
AMAC	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ALTO DA CAEIRA
CASAN	COMPANHIA CATARINANSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
CE	COMISSAO DE EDUCAÇÃO
CECCA	CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA
CEI	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
CELESC	CENTRAIS ELETRICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CESUSC	COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DE SANTA CATARINA
COHAB	COMPANHIA DE HABITAÇÃO ESTADO DE SANTA CATARINA
COMCAP	COMPANHIA DE MELHORAMENTOS DA CAPITAL
FAMESC	FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.
FESPORTE	FUNDAÇÃO CATARINANSE DE DESPORTOS
FLORAM	FUNDAÇÃO MUNICIPALDE MEIO AMBIENTE
FMMC	FÓRUM DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ
GT	GRUPOS DE TRABALHO
IPUF	INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS
MMC	MACIÇO DO MORRO DA CRUZ
NAJUP	NUCLEO DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR
NEN	NUCLEO DE ESTUDOS NEGROS
NESSOP	NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR

NIPP	NÚCLEO INTRE-INSTITUCIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PFC	PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA
PHS	PARTIDO HUMANISTA SOCIALISTA
PP	PARTIDO PROGRESSISTA
PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
PSDB	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
PTdoB	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL
PV	PARTIDO VERDE
SSPDC	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
SUSP	SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA
UDESC	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
UFECO	UNIAO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS
UFSC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

*“O cão e a árvore
Também são inacabados,
Mas o homem se sabe inacabado
E por isso se educa.
Não haveria educação
Se o homem fosse um ser acabado.
O homem pergunta-se: quem sou?
De onde venho? Onde posso estar?
O homem pode refletir sobre si mesmo
E colocar-se num determinado momento,
Numa certa realidade:
É um ser na busca constante
De ser mais e,
Como um ser inacabado,
Está em constante busca.
Eis a razão da educação”.*

Paulo Freire

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	07
INTRODUÇÃO.....	11
Apresentação do tema.....	12
Objetivos da pesquisa.....	13
Objetivo geral.....	13
Objetivo específico.....	13
Justificativa.....	14
Procedimentos metodológicos.....	15
1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO FMMC.....	19
1.1 O Maciço do Morro da Cruz	19
1.2 Proposição e reivindicação: a constituição do Fórum do Maciço do Morro da Cruz.....	25
1.3 Novas Perspectivas e Alternativas.....	32
1.4 Organização do Fórum do Maciço do Morro da Cruz.....	42
2 COMISSÃO DE EDUCAÇÃO: UM TRABALHO JUNTO AS ESCOLAS QUE FAZEM PARTE DO MACIÇO.....	46
2.1 Educação: o Primordial é Necessário.....	46
2.2 Comissão de Educação: “Reescrevendo o mundo com o Lápis e não com Arma”.....	49
2.2.1 Formação Continuada: quem não se recicla, se trumbica.....	55
2.2.2 Eleição dos diretores: democracia já!	59
2.2.3 Projeto Escola Aberta: uma boa idéia que não foi implementada.....	61
2.2.4 A questão da Identidade da Comissão de Educação: o autoconhecimento.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS	71
ANEXOS.....	74

INTRODUÇÃO

Estamos vivendo num mundo de profundas transformações, tanto econômicas quanto políticas e sociais, em todos os setores da sociedade, afetando diretamente as comunidades, especialmente os moradores de periferia. A dinamicidade vivida no mundo de hoje faz com que tenhamos uma localidade totalmente diferente a de 10 ou 20 anos atrás, sendo muitas vezes consequência de ocupação desordenada, causando sérios problemas para a cidade, inclusive a dificuldade de acesso a bens e a serviços, como também a falta de planejamento e de Plano Diretor. A sociedade civil organizada vem se organizando na luta pelos seus direitos e por maior democracia nas decisões do Poder Público, nas três esferas. Os Movimentos Sociais buscam vez e voz.

O Maciço do Morro da Cruz historicamente vem se constituindo como uma área de ocupação urbana formada por diversos grupos étnicos que em diferentes períodos ocuparam e continuam ocupando os mais diversos pontos dos Morros. Esses diversos grupos, por diferentes motivos de ordem econômico-social, vieram residir na capital do Estado - vista como oportunidade de empregos e dignidade. Mas a realidade vivida é bem diferente da sonhada: a exclusão social ainda persiste, cada vez mais arraigada, demandando ações concretas e muitas vezes emergenciais e contínuas.

A necessidade de propor políticas públicas voltadas à inclusão destas comunidades, e o combate com propostas inclusivas à crescente violência promovida pelo narcotráfico, levaram as mais diversas organizações populares das comunidades do Maciço a criarem no ano de 1999, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz.

O Fórum do Maciço do Morro da Cruz, hoje é composto por diversas entidades, movimentos populares, conselhos e associações provenientes das comunidades dos Morros: Monte Serrat, Mocotó, Tico-Tico, Nova Descoberta, Queimada, Penitenciária, Mariquinha, Mocotó, Alto da Caeira, Morro do 25, Morro do Horácio, entre outras. O FMMC se organiza em comissões, de acordo com as áreas de atuação. Dentre os movimentos, destaca-se a Comissão de Educação, Esporte, Cultura e Lazer do Fórum do Maciço, no que diz respeito à defesa de uma educação popular nas comunidades, com a finalidade de construir um plano político e pedagógico veículos adequados à realidade social da periferia. Sendo estas escolas públicas facilitadores, procuram despertar em seus alunos a consciência de cidadãos, de pessoas que se constituam sujeitos da história, contribuindo para uma consciência mais crítica e fazendo-os perceber a necessidade da participação ativa nos movimentos sociais, para que estes auxiliem no processo de modificação da sociedade.

Apresentação do tema

O objetivo deste trabalho é realizar um resgate do FMMC, realizando um estudo a cerca dos documentos, publicações e depoimentos existentes sobre o assunto, analisando suas principais conquistas e dificuldades.

A propósito, pretende-se discorrer sobre a Comissão de Educação, Esporte, Cultura e Lazer (CE), que consegue mobilizar seus professores e alunos em eventos, realizar reciclagem de professores, articular e propor soluções ao Poder Público para que se possa ter uma educação de qualidade. A CE tem mostrado grande força organizacional, também propondo uma discussão interna, buscando uma unidade das ações, levando em conta suas especificidades, em busca de uma identidade.

Este estudo não tem a pretensão de esgotar o tema, mas sim de instigar novos trabalhos, sobretudo acadêmicos, sobre este importante assunto: a educação relacionada à democratização e atividades concretas e alternativas em benefício de grupos sociais populares.

Para tanto, este trabalho está estruturado da seguinte maneira: a introdução apresenta a problemática com seus objetivos, justificativa e procedimentos metodológicos.

Na seqüência, o primeiro capítulo traz a contextualização do FMMC, sua constituição, organização e caminhada pelos movimentos sociais, sempre em busca de melhor qualidade de vida a seus moradores, o qual foi construído conjuntamente com Josiane Stimamiglio¹

Já o segundo capítulo, apresenta a Comissão de Educação e suas principais realizações e conquistas, tendo em vista, uma educação cada vez mais qualificada e de acordo com a realidade vivida por seus alunos.

Objetivos da pesquisa

Objetivo geral

- Analisar o processo de trabalho da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz como início para a participação popular dentro das escolas e nas comunidades e oportunidade de conscientização e democratização.

Objetivos específicos

- Conhecer a dinâmica institucional do Fórum do Maciço do Morro da Cruz.

¹ Também graduanda em Serviço Social, sendo tema de seu TCC, a violência contextualizada no MMC.

- Elencar os maiores avanços e dificuldades enfrentados nestes anos de caminhada.
- Descrever o processo de eleição dos Diretores das Escolas que fazem parte do Fórum do Maciço do Morro da Cruz.
- Analisar a influência da Comissão de Educação para o processo participativo e democrático dentro das comunidades.
- Elencar as principais atividades realizadas pela Comissão de Educação.
- Descrever a importância da formação e capacitação dos professores das escolas da área do Maciço do Morro da Cruz.

Justificativa

O estudo proposto é de fundamental importância, pois permitirá sistematizar documentos, publicações e materiais que tenham como tema o Maciço do Morro da Cruz, enfocando o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, particularmente sobre a Comissão de Educação.

Um dos fatores relevantes deste estudo é um tema da atualidade: FMMC - bastante conhecido como ator social importante na cidade, e que conjuntamente com a Comissão de Educação é merecedor de um trabalho que os tenha como tema, de forma que abranja sua totalidade sem desmerecer sua importância dentro dos movimentos sociais e educacionais do município de Florianópolis.

Não é possível imaginarmos uma mudança social a favor do desenvolvimento humano e comunitário na cidade, sem levarmos em consideração o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, que representa os cerca de 30 mil moradores da área central da ilha.

Os professores e as escolas têm um importante papel, que é contribuir para o desenvolvimento pessoal e intelectual de seus alunos. A instituição escolar, como um dos responsáveis por uma transformação social, busca alternativas para se adequar aos dias atuais e à realidade posta.

Como coloca Gandin (1995, p.79) “como pensar, então a participação do povo na escola? Primeiro, é preciso possibilitar-lhes a entrada e a permanência na escola para podermos falar em outro tipo de participação”.E é este tipo de abertura que está sendo possibilitado e ampliado com a Comissão de Educação: uma escola melhor e com mais qualidade, possibilitando a participação popular.

Procedimentos metodológicos

Richardson (1999, p. 21) citando Trujillo, define da seguinte maneira o que seja método científico:

Forma de se proceder ao longo de um caminho. Na ciência os métodos constituem os instrumentos básicos que ordenam de início o pensamento em sistemas, traçam de modo ordenado a forma de proceder do cientista ao longo de um percurso para alcançar um objetivo.

Toda ciência utiliza várias técnicas na realização de seus propósitos, no caso do trabalho em estudo, foram realizados dois tipos de pesquisas: uma pesquisa bibliográfica sobre as temáticas envolvidas no estudo e uma pesquisa empírica de tipo descritivo sobre o Fórum do Maciço do Morro da Cruz e sua Comissão de Educação, Esporte, Cultura e Lazer, os quais não possuem registrados dados estruturados sistematicamente.

Segundo Minayo (199, p. 97) a pesquisa bibliográfica “é capaz de projetar luz e permitir uma ordenação ainda imprecisa da realidade empírica”. Em nosso caso, iniciou-se

com a leitura de documentos disponíveis sobre a instituição, revisando seus arquivos, e continua com o trabalho sobre os textos específicos da área de educação, movimentos sociais e serviço social, como leitura de livros, artigos, entre outros publicados referentes ao tema abordado.

A forma escolhida para a pesquisa deste trabalho é de natureza qualitativa, “[...] por ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos” (RICHARDSON, 1999, p. 90). Na pesquisa qualitativa importam a profundidade e a qualidade com que os dados são analisados.

A abordagem qualitativa de um problema justifica-se por ser este capaz de entender de forma adequada à natureza de um fenômeno social, pois:

Pode descrever a complexidade de determinado problema, analisar a intenção de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1999, p. 39).

Por não estar centrada em padrões rígidos, a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador maior “flexibilidade, criatividade e sensibilidade para análise dos dados” (GOLDEMBERG, 1999, p.50).

A pesquisa utilizada neste estudo é de caráter descritivo, porque descreve os fatos, acontecimentos, eventos e fenômenos da realidade, identificando e discutindo a gestão participativa e democrática desenvolvida pelo processo de trabalho dos envolvidos ao movimento sócio comunitário, além dos profissionais de Serviço Social, professores e diretores das escolas, CEIs e creche que fazem parte de CE.

Os métodos de coleta de dados utilizados foram técnicas de observação participante no FMMC e entrevistas.

Segundo Richardson (1999, p. 261) “o observador não é apenas um espectador do que está sendo estudado, ele se coloca na posição ao nível dos outros elementos humanos que compõem o fenômeno a ser observado”. Nessa experiência que envolve pessoas, participa-se dos processos e ações, o que facilita a garantia de informações precisas. A observação participante é, portanto, a técnica adequada ao conhecimento de situações que envolvem relações entre os movimentos sociais e moradores do FMMC. Ainda Richardson coloca que este é o tipo de observação adequada a estudos de grupos e comunidades. E que esta forma possui a grande vantagem de ser o pesquisador um membro do grupo, ou seja, este não estranhará sua presença, fazendo com que as ações aconteçam de maneira natural, sem inibições.

O observador participante usa suas observações iniciais como pontos estratégicos sobre os quais formula apontamentos que podem ser reformulados ou redefinidos de acordo com o contexto em que se dá a observação.

A técnica de entrevista a ser utilizada neste estudo é a entrevista não-estruturada “que também pode ser chamada de entrevista em profundidade, em vez de responder a pergunta por meio de diversas alternativas pré-formuladas, visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema” (RICHARDSON, 1999, p-208). É de fundamental importância, tendo caráter essencialmente exploratório e não pressupõe um conjunto pré-determinado de perguntas, fazendo com que estas sejam direcionadas aos assuntos mais interessantes à pesquisa.

O desenvolvimento da pesquisa em questão iniciou-se no mês de dezembro de 2002, e perdura até novembro de 2004, perpassando a realização do estágio curricular obrigatório.

A observação participante e as entrevistas não-estruturadas foram realizadas nas reuniões do FMMC, com membros deste e também da CE.

A entrevista não-estruturada foi orientada pelas atividades realizadas pela CE, assim como do FMMC, de acordo com suas atividades e dinâmicas vividas.

Na seqüência aborda-se sobre o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, desde sua implantação até a atualidade.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO FÓRUM DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ.

O município de Florianópolis é muito rico, tanto em paisagens naturais, quanto pela diversidade étnica e cultural de seus moradores, mas conta também com grande disparidade social. Algumas áreas necessitam de maior atenção e políticas públicas. Uma delas é o Maciço do Morro da Cruz.

1.1 O Maciço do Morro da Cruz

No início do século XIX, inicia-se o processo de ocupação das áreas de encosta do Maciço do Morro da Cruz (MMC), com os primeiros moradores na comunidade do Morro do Mocotó. A partir da construção da ponte Hercílio Luz na década de 1920, as famílias dos operários vêm morar nas proximidades, ocasionando assim ocupações crescentes.

Estas ocupações alargaram seus limites com as expulsões dos pobres para lugares cada vez mais distantes: morros, o continente, os municípios vizinhos. Assim, seguindo o exemplo do Mocotó, outras comunidades se formaram, como Mariquinha, Tico-Tico, Monte Serrat e Nova Descoberta²

Contudo, a grande ocupação na comunidade do Morro do Mocotó iniciou com a transferência de famílias que residiam nas imediações de um antigo cemitério de Florianópolis

² Maciço do Morro da Cruz, é um aglomerado de rochas maciças, localizadas no centro da Capital do Estado. As comunidades que ali se organizaram, são diversas e interligadas geograficamente. No entanto individualmente se denominam morros, devido ao modo de ocupação e especificidades.

onde está situado hoje o Parque da Luz, na cabeceira da Ponte Hercílio Luz. Com o início da construção desta ponte, as famílias pobres que ali residiam tiveram que se mudar, ocupando a área de encosta do Morro da Cruz. Assim, segundo Batista (2002), “essas famílias, juntamente com outras famílias descendentes de escravos de Santo Antônio de Lisboa e de Sambaqui que estavam instaladas nestas áreas, caracterizaram o primeiro núcleo de ocupação na base do Morro do Mocotó³”.

A comunidade convive com diversos problemas de infra-estrutura, como iluminação pública precária, ruas estreitas, entre outros tantos problemas existentes em diversas comunidades situadas no MMC.

A comunidade do Morro da Mariquinha⁴, possui associação de moradores desde 1976, fundada esta por um antigo colaborador da Igreja Católica, Sr. Marinho (já falecido). Localiza-se no centro de Florianópolis, ao lado direito do Hospital de Caridade e em frente ao Colégio Instituto Estadual de Educação. A ocupação neste morro ocorreu por volta de 1920, sendo os primeiros moradores imigrantes do planalto serrano e oeste catarinense. A comunidade possui cerca de 450 casas, todas situadas acima da cota 100, ou seja, fora do limite permitido pelo Plano Diretor da cidade e localizado em áreas de preservação permanente – APP. A grande maioria das casas é abastecida pela CASAN, sendo algumas ligadas clandestinamente nas casas vizinhas.

³O nome, Morro do Mocotó, surgiu com os trabalhadores da Ponte Hercílio Luz que se deslocavam até o Morro para comer um mocotó preparado por uma moradora.

⁴ Foi assim denominada devido à existência de uma casa de prostituição no início da rua, cuja proprietária chamava-se Mariquinha.

O Morro do Tico-tico⁵ situa-se entre a comunidade da Mariquinha e a do Monte Serrat, localizada na rua Clemente Rôvere e parte da Rua Valdomiro Monguilhote, fazendo ligação com o Morro da Mariquinha. São aproximadamente 300 famílias e muitas dessas sem saneamento, coleta de lixo e urbanização nas servidões. Algumas casas situadas entre a rua Valdomiro Monguilhote e o Morro da Mariquinha se encontram em situação de risco, por estarem localizadas em cima das pedras e correndo risco de desmoronamento.

A comunidade do Morro Monte Serrat⁶ se localiza nas proximidades da antiga ETEFESC, hoje CEFET e na parte superior próxima das emissoras de televisão local. Tem como limite a rua General Vieira da Rosa a partir de uma de suas ruas Servidão Quebra Pote e Nestor Passos, da igreja até o alto do morro.

Possui aproximadamente 800 famílias e 3500 moradores, sendo os mais antigos vindos de localidades próximas do município de Antônio Carlos. Na medida em que as famílias iam se instalando, facilitavam a vinda de outros parentes para o local. O processo de ocupação foi bastante intensificado por volta de 1950 a 1960. Como em outras comunidades, os seus terrenos são todos situados acima da cota 100 e não tem legalização para serem habitados. Mesmo assim hoje, em cada comunidade, não é possível identificar um único terreno disponível para a ocupação, se não for em área de mata ou rochas sendo possível observar com freqüência novas casas sendo construídas, em locais que põem em risco a vida dos moradores.

⁵ Leva esse nome em homenagem a um antigo moradores, que tinha o apelido de Tico-tico.

⁶ Denominada assim em homenagem à padroeira da igreja da comunidade, Nossa Senhora do Monte Serrat.

A comunidade do Morro da Nova Descoberta está situada dentro dos limites físicos da comunidade do Monte Serrat, sendo emancipada, no ano de 1999 devido às divergências político partidárias, criando-se assim sua própria organização a Associação de Moradores da Nova Descoberta, mas que continua desenvolvendo seus trabalhos em prol da comunidade em parceria com o Conselho Comunitário Monte Serrat e com a Igreja Católica da região. São aproximadamente 180 famílias de classe baixa, na sua maioria imigrantes de Lages e Chapecó. Esta localidade é um dos pontos do tráfico, estando em constante conflito com traficantes de outras comunidades (Caeira do Saco dos Limões, Morro da Mariquinha e Mocotó). Aqui, as casas também estão situadas em áreas de preservação, como boa parte dos morros da encosta e que freqüentemente são invadidos por novos imigrantes.

Segundo Kelly Cabral (1999), a realização de grandes obras rodoviárias, como a BR-101 e a BR-470 ligando o estado ao interior do país, a construção das rodovias estaduais, a ampliação do transporte, a pavimentação de avenidas, a Ponte Colombo Sales, a avenida Beira-mar Norte, e o aterro da Baía-sul serviram também de atrativo para a migração e uma maior estimulação para o êxodo rural. Em consequência do aumento populacional e do processo de desenvolvimento em Florianópolis no final do século XX, altera-se a paisagem natural da ilha, com constantes ocupações desordenadas nas encostas, devastação da Mata Atlântica, convivendo com a derrubada de edificações antigas para a construção de modelos com arquitetura contemporânea.

Assim, hoje no Maciço do Morro da Cruz, residem aproximadamente 30 mil habitantes, compreendendo uma enorme diversidade cultural, com migrantes vindos de vários estados, e principalmente de municípios do interior de Santa Catarina, Paraná e da região nordestina, que se viram obrigados pelo contexto econômico-social a buscar melhores

condições de vida na capital do Estado de Santa Catarina, vista como oportunidade de empregos e dignidade.

As comunidades do Maciço do Morro da Cruz estão situadas bem ao centro de Florianópolis, sendo vizinhas dos principais poderes do Estado: Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça e o Palácio do Governo, e estabelecidas geograficamente ao longo da encosta de uma das avenidas mais movimentadas da cidade, a Mauro Ramos. Há uma desigualdade nestas realidades facilitada pela falta de políticas públicas e de visibilidade do Poder Público.

A partir do agravamento das questões sociais, os cidadãos se deparam com a necessidade de se unirem em torno de um objetivo comum, a fim de buscarem alternativas de soluções para tais situações vividas. Com o intuito de promover a união das comunidades que se encontravam no centro da cidade, mas ao mesmo tempo, à margem das políticas públicas, surge nas comunidades do Morro de Monte Serrat, Mariquinha, Tico-Tico e Nova Descoberta a idéia da criação de uma Rádio Comunitária, Associação de Difusão Comunitária Guarapuvu, localizada na comunidade do Tico-Tico, o que seria o primeiro elo de ligação entre as comunidades sob a mesma realidade de exclusão e precariedade, facilitadas pela proximidade, pois todas estão localizadas no Maciço do Morro da Cruz, buscando uma forma de reivindicação, de visualização e de integração com a Ilha. Foram estas comunidades que iniciaram o processo de criação da Rádio, a mobilização comunitária e a criação do conceito de participação popular nas mesmas.

As comunidades estavam bastante desligadas, mesmo contando com a proximidade. Uma das formas encontradas para promover a união entre elas, foi a realização de mutirões de limpeza do lixo e reflorestamento. Este processo foi deflagrado por estudantes de serviço

social que faziam trabalho naquela área, contando com o apoio da FLORAM, COMCAP e Corpo de Bombeiros. Observando-se o grande problema com a questão do lixo, promoveu-se a limpeza da região, o que uniu os moradores em torno de um objetivo comum: o bem estar das comunidades. O primeiro mutirão realizou-se na comunidade do Morro da Mariquinha em julho de 1999, foram retirados aproximadamente 20 toneladas de lixo, nos locais foram plantadas na área 100 mudas de árvores. A segunda comunidade a se mobilizar foi Nova Descoberta, em agosto do mesmo ano, sendo retirada 10 toneladas de entulhos, e plantada na área 50 mudas. Já na comunidade do Morro de Monte Serrat, onde foi realizado o 3º mutirão em setembro, retirou-se cerca de 18 toneladas de lixo. O último mutirão aconteceu em outubro na comunidade do Morro do Tico-Tico, de onde foram retirados aproximadamente 10 toneladas de lixo e em seu lugar foram plantadas 150 mudas. A mobilização das comunidades foi de grande importância, sendo que a partir daí, muitas mudanças foram sendo realizadas, e como consequência a consciência de que com a união das comunidades se têm mais força para continuar a luta por melhores condições de vida e trabalho comunitário. Através de relato da então estagiária Kelly Cristiny Cabral, se percebeu que as ações realizadas e o resultado adquirido fizeram com que muitos moradores descobrissem o quão gratificante e prazeroso é poder ver o resultado das ações, e que estas beneficiam não apenas um, mas o todo. São atitudes como estas, que movem o trabalho comunitário.

A partir destas realizações, os moradores do Maciço foram criando uma consciência participativa, favorecendo a criação de uma entidade que representasse as necessidades comuns das comunidades frente aos órgãos responsáveis pela proposição e execução de políticas públicas.

1.2- Proposição e reivindicação: a constituição do Fórum do Maciço do Morro da Cruz.

No ano de 1999, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz⁷ (FMMC) iniciou sua política inclusiva, propositiva e reivindicatória, frente à pobreza, e pauperização que se vivenciava na época, facilitando a participação popular. Em sua dinâmica contava com reuniões para discussão das principais dificuldades das comunidades e as alternativas pertinentes às mesmas, facilitando a organização das associações comunitárias. O FMMC é um órgão questionador frente às ações do poder público ou a falta destas, sendo que suas reivindicações se faziam presentes, para a garantia de propostas inclusivas e qualidade de vida.

Os movimentos sociais buscam por espaços de democratização, por políticas inclusivas que garantam seus direitos. As políticas públicas muitas vezes não são condizentes com as expectativas e necessidades da maioria da população; nestes espaços formam-se as organizações populares, na busca por justiça social e equidade.

Um dos papéis dos movimentos sociais é garantir junto ao poder público ações voltadas a efetivação da cidadania. Neste sentido, afirma Demo (1995, p.03),

Uma sociedade deveras cidadã atina para a necessidade de constituir uma instância pública comum, à qual delega uma série de serviços e funções, que somente tem razão de ser frente aos desafios do bem-estar comum. [...] O desafio descomunal do Estado é de que seja público (sirva aos interesses comuns) e de serviço (promova o bem comum), para que seja, então, legítimo, ou de direito.

⁷ O Fórum do Maciço do Morro da Cruz anteriormente denominado Fórum Interinstitucional para a Discussão de Políticas Públicas para o Maciço do Morro da Cruz, contava com a participação dos moradores, das Igrejas, das associações de moradores e dos órgãos públicos, como COMCAP, Corpo de Bombeiros, IPUF, Ministério Público, Polícia Militar, Secretaria de Desenvolvimento Social, SUSP, entre outros, procurando alternativas e efetivação de Políticas adequadas à realidade das comunidades das encostas do Maciço.

Devido à conjuntura política local, vivenciada em 1999, de desresponsabilização do Estado frente às necessidades das comunidades, sendo priorizados os interesses do mercado, da especulação imobiliária e da elite econômica, havia a grande necessidade de discussão frente ao mesmo. A partir daí, os espaços de luta popular redescobrem seu poder, articulando-se e reivindicando pelas demandas das comunidades, demandas estas que surgiram e se agravaram pela precariedade das execuções de políticas voltadas para as áreas mais necessitadas.

Um ideal transformador pressupõe uma modificação na postura dos poderes atuantes da sociedade política, no sentido de possibilitarem uma gestão democrática da cidade, autônoma, pela base, com participação efetiva dos movimentos sócio-comunitários nos processos de decisão. Os movimentos populares foram encontrando formas de se garantir o cumprimento das funções do Estado, à medida que as comunidades uniram suas forças para atingirem objetivos comuns, como o acionamento do Ministério Público, exigindo a execução de ações voltadas para suas necessidade e a efetivação do papel do Estado.

Iniciando o ano de 2000, seguindo as mobilizações e atividades do ano anterior, as comunidades dos morros perceberam que uma das questões mais pertinentes era a falta de vagas nas escolas para as crianças e adolescentes do Maciço, principalmente no Instituto Estadual de Educação. Para este fim, com base na lei que dá prioridade à matrícula dos alunos por região, foi entregue um documento aos órgãos competentes exigindo vagas na mesma, pois muitas vezes estas são ocupadas por estudantes oriundos de outras cidades e regiões da capital. O Maciço do Morro da Cruz, sendo tão próximo geograficamente, não encontrava espaço para seus estudantes no Instituto Estadual de Educação, uma das maiores e mais bem qualificadas escolas estaduais de Florianópolis.

Neste sentido, as associações de moradores da comunidade do morro do Tico-Tico, Associação de Moradores da Nova Descoberta, Conselho Comunitário Cristo Redentor

(Mariquinha), Conselho Comunitário Monte Serrat, e a Associação de Difusão Comunitária Guarapuvu organizaram o “Primeiro Varal Comunitário: Relato das Atividades”. Este se realizou em 13 de maio de 2000 na comunidade do morro do Tico-Tico e teve a participação das comunidades da redondeza. O principal objetivo deste evento foi publicizar as ações das organizações comunitárias, no que se refere às lutas cotidianas por qualidade de vida. A atividade além da apresentação de um “varal” composto por fotografias e reportagens de jornais que retratavam as necessidades comunitárias, contou com vídeos das atividades realizadas nos mutirões de retirada de lixo e reflorestamento, e também um dossiê com todos os documentos enviados aos órgãos públicos reivindicando soluções para as demandas das comunidades assim como políticas públicas.

Foi um trabalho de mobilização, com o sentido de dar visibilidade para toda a cidade e, em particular, para os poderes públicos sobre as ações realizadas e as necessidades das comunidades do Maciço do Morro da Cruz. O evento contou com grande participação dos moradores, uma vez que os mesmos estavam incitados pelo trabalho realizado nas comunidades e com grandes expectativas de melhores condições de vida. Os moradores do Maciço começam, a partir destas atividades, a criar uma consciência de que o trabalho comunitário somado garante maiores resultados.

O FMCC trata das mais diversas expressões das questões sociais, como saúde, educação, formação, trabalho e renda, entre outros. Através destas, busca-se, contando com a participação dos movimentos sociais, políticas públicas voltadas à inclusão das comunidades.

Um importante acontecimento no ano de 2001 foi a realização da Escola de Gestores, organizado pelo Fórum do Maciço do Morro da Cruz, tendo em vista a necessidade de formação das lideranças das comunidades, assim como a busca por melhores alternativas para

as demandas das comunidades, na qual participou cerca de 10 líderes comunitários da região do Maciço. O acontecimento contava com encontros semanais, que aconteceram durante todo o ano de 2001, e com a participação de colaboradores, principalmente da Universidade Federal de Santa Catarina, como os professores Eriberto Meurer e José Erni Seibel do curso de Sociologia, Luis Fernando Scheibe, do curso de Geografia, dentre outros. Vários temas importantes foram discutidos, como Plano Diretor, as leis vigentes, o papel do Prefeito e do Vereador do Município, dentre tantos outros assuntos pertinentes à Cidade e a quem mora em área de encosta.

O mesmo ano de 2001 também foi palco de um importante avanço para a Região do Maciço e a área da educação: a criação no início do segundo semestre, da Comissão de Educação. Altos níveis de evasão, reprovação e a necessidade de incluir a comunidade dentro da escola e vice-versa, assim como a necessidade do conhecimento da realidade vivida dentro dos morros, levou a efetivação de uma comissão que se reunisse e discutisse, lutando por formação constante dos professores, e com uma educação voltada para o cotidiano dos alunos. As escolas, centros de educação infantil e creche que integram a Comissão de Educação do Maciço são: Escola Lauro Müller, Escola Lúcia do Livramento Mayvorner, Escola Celso Ramos, Escola Henrique Stodieck, Escola Padre Anchieta, Escola Jurema Cavalazzi, Escola Silveira de Souza, Escola Antonieta de Barros, Escola Hilda Theodoro Vieira, Centro Educacional Infantil Anjo da Guarda, Centro Educacional Infantil Nossa Senhora de Lourdes, Centro Educacional Infantil Cristo Redentor e Creche Monte Serrat. Os colégios em nível estadual, nesta época, e até hoje, contam com a capacitação mensal de seu quadro de professores, sendo que um dia é destinado aos professores atualizarem-se para os trabalhos de

sala de aula, por meio de palestras e depoimentos de experiências positivas dos próprios professores, sendo de extrema importância profissional.

A articulação interna das comunidades, juntamente com as escolas que fazem parte do FMCC, facilitaram a participação comunitária. Segundo Jacobi (1993, p.13), a participação popular, passa a ser valorizada como um fim em si mesmo, expressando a emergência de atores políticos novos com um estilo de participação, uma alternativa para a cidade de modificar os padrões institucionais, buscando uma democratização do Estado através da pressão exercida pelos movimentos sociais.

No mês de outubro do ano de 2001 um grande movimento iniciou-se na cidade, o I Fórum da Cidade - Um olhar do Movimento sócio-comunitário, que teve como objetivo central a discussão da Lei Federal 10.257 de julho de 2001, que institui o Estatuto da Cidade. Participaram deste primeiro encontro 220 pessoas em representação de 81 entidades, que se encontraram na Escola Técnica Federal de Santa Catarina. (Fonte: Relatório do I Fórum da Cidade, 2001).

O Fórum da Cidade não só objetiva garantir a participação popular nas decisões da cidade, como também, incentivar uma discussão sobre a cidade em todas as comunidades existentes na mesma, e encaminhar as demandas destas para os órgãos competentes. Este movimento na Ilha foi muito importante, pois possibilitou a divulgação e o maior conhecimento sobre o Estatuto da Cidade e sobre as ações desenvolvidas pelo Poder Público, garantindo, dessa forma, uma maior participação popular e a busca pela verdadeira democratização das decisões. O Fórum do Maciço se fez presente no evento, já que a luta por um Plano Diretor adequado à realidade dos morros, é um de seus grandes desafios, assim como a participação popular e a busca por uma cidade melhor.

Outras ações importantes começaram no mês de julho de 2001, procurando alternativas para conter a migração de pessoas do interior do estado para a capital, primando por uma cidade com mais qualidade, assim como promovendo a discussão em âmbito estadual da necessidade de preservação das encostas e conseqüentemente do meio ambiente. A AGRECO (Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral) e o Fórum do Maciço do Morro da Cruz criam uma parceria, entre as comunidades do MMC e os municípios que se situam nas encostas da Serra Geral, para a produção e revenda de produtos sem agrotóxicos produzidos naqueles municípios e consumidos pelos moradores do MMC, assim como nas escolas que fazem parte do FMMC. De acordo com depoimentos dos moradores, garantiu-se com esta parceria, por um lado, a geração de trabalho e, conseqüentemente, renda para alguns municípios do interior do Estado, diminuindo assim o êxodo rural. Por outro lado, melhor qualidade de vida, tanto dos municípios da Serra Geral como das comunidades do MMC; em particular a implantação, nas creches e escolas de Florianópolis, da merenda sem agrotóxicos.

Nesta perspectiva, o final do ano de 2002 foi marcado por uma grande discussão, a qual foi efetivada no ano de 2003 através do Fórum do Maciço do Morro da Cruz. O trabalho da Comissão de Educação do Fórum do Maciço conquistou a eleição de forma democrática dos diretores das escolas que fazem parte do Maciço, através do voto popular dos professores, alunos e funcionário dos colégios. Este processo foi garantido através de uma carta de indicação do FMMC, com a concordância do então Governador Luiz Henrique da Silveira e do Secretário de Educação Jacó Anderle. Foi um grande avanço tanto para as escolas quanto para as comunidades e para o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, uma vez que a partir deste processo se garantiu a participação mais efetiva das escolas nos processos de desenvolvimento das comunidades.

Também neste mesmo ano, aconteceu o plebiscito de unificação das associações comunitárias da comunidade do Morro do Alto da Caeira do Saco dos Limões. Com esta realização buscava-se a superação da divisão da comunidade em associações diferentes, fato este, que dificultava o trabalho comunitário.

O plebiscito realizou-se no mês de dezembro do ano de 2002, após uma das missas da comunidade. A comunidade compareceu para a votação em peso, sendo seu resultado: 130 votos, sendo 128 válidos. Foram 118 votos pela unificação, 08 contra, 01 voto em branco e 01 voto nulo. Esse processo foi resultado do trabalho realizado pelo Fórum do Maciço do Morro da Cruz conjuntamente com a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO), a Federação das Associações Comunitárias do Estado de Santa Catarina (FAMESC) e o curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), num esforço de informação da comunidade sobre a importância de desenvolver um trabalho conjunto e unificado para que a comunidade seja priorizada. A partir da unificação das associações, se iniciou a definição do Estatuto da Associação de Moradores que regeria o processo eleitoral. Aberto o processo eleitoral, duas foram as chapas que se candidataram, sendo que no dia 16 de fevereiro de 2003 realizou-se a eleição da diretoria da AMAC – Associação de Moradores do Alto da Caeira. Participaram da eleição 492 moradores. A chapa 1 obteve 290 votos, a chapa 2 –196 votos, e 06 votos nulos. A chapa 1 foi empossada como diretoria da Associação no dia 22 de fevereiro de 2003, prestigiaram o evento mais de cem pessoas da comunidade e outros convidados. Percebe-se assim, principalmente pelas comunidades, a importância da construção de parcerias e da unificação de forças para a garantia dos plenos direitos dos cidadãos. (Fonte: documento distribuído na comunidade pela nova Associação de moradores, março de 2003).

Por ser o ano de 2002 um ano eleitoral, as ações do FMCC, enfrentaram complicações, assim como as comunidades enfrentavam grandes problemas com a violência

crecente. No entanto, mesmo com as adversidades que os mesmos estavam sofrendo, algumas inovações conseguiram ser alcançadas, como a parceria com a mídia local para a divulgação, não apenas dos graves casos de criminalidades e assassinatos que se faziam freqüentes, mas principalmente das ações desenvolvidas pelo FMMC e pelas próprias comunidades, criando assim, uma consciência na cidade de que os moradores das áreas de encostas necessitam de políticas públicas específicas para suas realidades.

O Fórum do Maciço do Morro da Cruz continua sua luta em busca de melhores condições de vida para seus moradores e dessa luta surgem novas perspectivas e alternativas, dando maior visibilidade às áreas de periferia do município de Florianópolis, como veremos a seguir:

1.3- Novas Perspectivas e Alternativas

O ano de 2003 inicia-se para o FMMC com um evento na Câmara Municipal de Vereadores. Tal evento contou com uma Roda de Capoeira da Comunidade do Mocotó e com uma seleção de reportagens, denominada “Acontece na Realidade de Nossos Morros”, onde se mostravam cenas de violência e crimes causadas pelo narcotráfico e a falta de segurança pública. Estavam presentes várias entidades da sociedade civil, como Associações de Moradores do Maciço do Morro da Cruz, representantes do NEN - Núcleo de Estudos Negros, Entidade Afro-Brasileira, Sindicatos, entre outros. Neste cenário, realizou-se, na Ordem dos Advogados do Brasil, um debate denominado: Florianópolis em Busca da Inclusão Social - O Outro Lado da Qualidade de Vida, com a entrega de um relatório do Fórum do Maciço do Morro da Cruz sobre a situação atual vivida dentro das comunidades para o Secretario Nacional de Direitos Humanos, Dr. Nilmário Miranda, e para o Secretario Nacional de Segurança de

Segurança Pública, Dr. Luiz Eduardo Soares. No evento denunciou-se a necessidade da retirada às pressas de importantes lideranças comunitárias, devido às ameaças freqüentes e até ataques violentos aos mesmos. Através do relatório entregue buscava-se políticas públicas e as necessárias soluções.

Os habitantes da Capital vivem uma realidade com graves casos de violência, muitas vezes lideradas por crianças e adolescentes principalmente nas encostas dos morros. Os moradores estão sob constantes ameaças e o medo impera. Estes meninos que têm a infância roubada utilizam armamentos pesados e também são vítimas: no ano de 2003, na Grande Florianópolis, aconteceram o assassinato de 151 jovens de idade entre 15 e 25 anos. Esta realidade não pode apenas ficar guardada dentro dos morros. A segurança policial enfraquecida e com menor efetivo, não consegue resolver determinadas situações de violência. Através do relatório entregue buscava-se políticas públicas e as necessárias soluções. Tal evento trouxe novamente grande esperança para as comunidades, que clamam por uma vida mais digna e com equidade.

Um dos grandes papéis do movimento sócio-comunitário é o controle social, através do qual a população fiscaliza e controla as ações do poder público, já que estes são os maiores interessados. Gohn (1991, p. 178), destaca a importância do controle social:

[...] o importante é ampliar os espaços de controle público e social – e não estatal – sobre as informações; multiplicar as formas de controle dos investimentos em fase de um Estado todo-poderoso e em crise, que busca se reformular a partir das novas demandas do capital e das necessidades que estas geram para a população. O importante seria criar espaços para os movimentos, de forma a capacitá-los a formular e gerir os bens demandados. Estes espaços têm de ser criados dentro e fora da máquina estatal. Dentro, para obterem justamente as informações, como garantia de acesso. Por isso os movimentos devem estar nos conselhos e em outras iniciativas estatais. Fora, para garantir a força e a autonomia do movimento.

É importante pressionar e mostrar a realidade ao Poder Público. Os Movimentos Sociais convivem com todas estas questões, e cabe a ele ampliar os espaços de controle social, para que cada vez mais, a população e as demandas populares sejam ouvidas.

Na busca de articulação entre o Estado e o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, em abril de 2003, surge a proposta de criação da Comissão Intersetorial para a Segurança Preventiva e a Qualidade de Vida nas áreas empobrecidas de Florianópolis –Projeto Piloto: Maciço do Morro da Cruz. A proposta surge a partir de um Plano de Desenvolvimento Social, de autoria de Kelly Cristiny Cabral e do Padre Wilson Groh.

A Comissão está vinculada à Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, e embora sendo um órgão autônomo, tem por objetivo desenvolver ações a fim de combater e prevenir a violência e a criminalidade, efetivar ações para restabelecer a Qualidade de Vida por intermédio de políticas sociais básicas e da ordem social e articular junto a empresas estatais e privadas, assim como a instância municipal, as ações integradas que se fizerem necessárias. Esta comissão possibilitará maior agilidade nas ações preventivas de combate à violência e à exclusão social, podendo redimensionar através das necessidades e das sugestões das comunidades, as políticas públicas já executadas ou em execução pelo governo do Estado, otimizando suas atividades, e deste modo, modificando o panorama da criminalidade no Município de Florianópolis bem como em todo o Estado.

O Decreto de Aprovação pelo governo do Estado acontece em 06 de maio de 2003, sendo a Comissão Intersetorial, um espaço de articulação entre várias secretarias, autarquias, fundações, movimentos sócio-comunitários e outras instituições públicas: Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – Departamento de Justiça e Cidadania, Polícia Militar, Polícia Civil, Coordenadoria Estadual de Polícia Comunitária; Secretaria de Estado da Saúde; Secretaria de Estado da Casa Civil; Secretaria de Estado da Educação e Inovação;

Secretaria de Estado da Organização do Lazer; Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social Urbano e Meio-Ambiente; Secretaria de Estado da Infra-estrutura; Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC; Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Prefeitura Municipal de Florianópolis; Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN; Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB; Fundação Catarinense de Desportos – FESPORTE; Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC; e o próprio Fórum do Maciço do Morro da Cruz.

Compete a esta Comissão Intersectorial, assessorar e informar o Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão sobre as ações a serem desenvolvidas e em desenvolvimento no município de Florianópolis de combate e prevenção à violência e à criminalidade; participar, em conjunto com os setores competentes, da elaboração de políticas públicas estaduais para a prevenção a violência e a criminalidade no Maciço do Morro da Cruz; elaborar e coordenar projetos e planos contingenciais específicos para prevenir a violência e a criminalidade no Maciço do Morro da Cruz; desenvolver ações que visem restabelecer a qualidade de vida através de políticas sociais básicas e da ordem social; articular junto a empresas estatais e privadas; assim como com a Prefeitura dos municípios, as ações integradas sempre que se fizerem necessárias; manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à Comissão. (Fonte: Decreto Lei Nº 190, de 06 de maio de 2003).

A função primordial da Comissão é (a partir do conhecimento da realidade e necessidades vividas dentro do Maciço do Morro da Cruz), desenvolver projetos e políticas públicas para a área, que garantam melhores condições de vida. Esta comissão foi subdividida em Câmaras Setoriais de Discussão e Proposição, sendo elas: Câmara de Meio Ambiente e

Infra-estrutura Urbana; Câmara de Trabalho e Renda; Câmara de Segurança; Câmara de Educação, e Câmara de Pesquisa.

Para tal processo de conhecimento da realidade, foram realizadas visitas as comunidades pertencentes ao Maciço. A primeira realizou-se na comunidade do Morro de Monte Serrat⁸. Já a segunda se realizou na comunidade do Morro do Mocotó⁹. A avaliação dos membros da Comissão que visitaram as comunidades, de acordo com ata de reunião realizada no início do mês de agosto, foi que apesar de terem visto muitas áreas empobrecidas, a realidade pode ser revertida: basta vontade e articulação política, capaz de proporcionar políticas públicas que atendam verdadeiramente a realidade destas áreas.

Foram desenvolvidos projetos em cada Câmara: Meio Ambiente e Infra-estrutura Urbana: Plano Diretor adequado à realidade das Encostas de Florianópolis; Trabalho e Renda: projeto de Geração Comunitária de Renda e Desenvolvimento Sustentável através da Reciclagem de Resíduos Sólidos no Maciço do Morro da Cruz – Florianópolis – Santa Catarina; Segurança: Projeto de Implantação de Polícia Comunitária no Maciço do Morro da Cruz; Educação: Projeto Escola Aberta; e Câmara de Pesquisa: Projeto de Pesquisa Sócio-Econômica das Áreas de População em Situação de Risco Social, no Estado de Santa Catarina.

Os projetos foram encaminhados ao governo estadual no ano de 2004, sendo que a partir deste encaminhamento, tal comissão finda seus trabalhos, já que seu objetivo de ser propositiva foi concretizado.

Assim como a Comissão Intersetorial, buscando uma Florianópolis mais democrática, a partir de políticas inclusivas, realizou-se um grande evento para a cidade, fazendo-se presentes associações e entidades das mais diversas, juntando-se em torno de um fator comum:

⁸A visita perpassou também pelas comunidades de Mariquinha e Alto do Caeira.

⁹ Visitou-se também as comunidades de Jose Mendes, Queimada e Alto da Queimada

o II Fórum da Cidade – Construindo Movimentos Visando uma Gestão Democrática e um Plano Diretor participativo e Sustentável para Florianópolis.

Este evento que aconteceu no mês de julho de 2003, tendo como princípio a garantia da democracia, cidadania e da promoção da justiça social, buscando atuar no processo de elaboração das políticas urbanas do município de Florianópolis, aglutina as reivindicações das mais diversas organizações sócio-comunitárias, e debate as principais questões da cidade, encaminhando suas propostas ao Poder Público, a fim de que elas sejam efetivadas.

Segundo documento do evento: O Fórum da Cidade reúne dirigentes do Movimento Sócio-Comunitário, profissionais e acadêmicos que elaboram políticas, assessoram movimentos sociais, viabilizam espaços de atuação militante e realizam o compromisso social na academia – um importante espaço de formação profissional. Trata-se de um movimento supra partidário de discussão de agenda de lutas, na direção de construção de uma política urbana participativa e democrática.

O FMMC se fez presente com cerca de 50 moradores, auxiliando na organização do evento através da Assistente Social e estagiárias do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, participando todos dos grupos temáticos, propiciando a discussão das necessidades e questões do MMC e da Cidade. A partir do conhecimento dos principais problemas destacados no evento, discutiu-se os principais problemas da cidade, elaborando proposta para as resoluções das mesmas.

Em 19 de julho de 2003, na comunidade do Morro de Monte Serrat, foi criada a Agência de Desenvolvimento Social Solidário – ADESS. Sua finalidade é ser um instrumento que possibilite a emancipação social sustentável das áreas empobrecidas de Florianópolis. Os objetivos da Agência são: promover a organização popular em diversos aspectos; desenvolver ações para promover a cultura; defender, preservar e conservar o meio ambiente, assim como

promover o desenvolvimento sustentável das áreas atingidas pela Agência; possibilitar ações para efetivar a educação ambiental e reflorestamento das áreas degradadas, em especial a região abrangida pelo Maciço do Morro da Cruz; promover direitos estabelecidos, construir novos direitos e assessoria jurídica gratuita; contribuir para a implementação da Lei Estatuto da Cidade; proporcionar assessoria técnica e jurídica para as organizações comunitárias; incentivar a experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; articular rede de economia solidária organizada e estratégias de desenvolvimento sustentável; incentivar a criação de empreendimentos autogestionários, como cooperativas; estimular a criação de espaços para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e de lazer; estimular a criação de escola em tempo integral, alfabetização de adultos, ensino supletivo, pré-vestibular de maneira a atender a demanda reprimida das áreas empobrecidas de Florianópolis; contribuir para a participação permanente de diretores, professores e técnicos; promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a implementação de veículos de comunicação popular; e propiciar assessoria de imprensa para as comunidades, entre outras.(Fonte: Estatuto Social da ADESS, julho de 2003)

A Agência atuará na execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações, sem fins lucrativos, e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

A citada Agência atua como um braço jurídico do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, respondendo as questões legais referentemente ao mesmo. É um grande colaborador do Fórum, estando sempre presente em suas discussões e auxiliando nas proposições, assim como

é através dele que é possibilitado a contratação de estagiários e colaboradores que atuem como facilitadores do trabalho comunitário.

Através das ações da Comissão Intersetorial, foi possibilitada a realização de discussões com o então Secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, João Henrique Blasi, e com os policiais civis e militares responsáveis pelo policiamento da área do Maciço do Morro da Cruz com os moradores da região.

No debate discutiu-se questões relacionadas à segurança pública, assim como a implementação de policiamento permanente e menos repressivo na área. A partir daí foi possível maior contato com a Secretaria de Segurança pública, assim como maior conhecimento das lideranças sobre o policiamento que acontece na região, e dos policiais que cobrem a área.

Iniciando os trabalhos do Fórum do Maciço no ano de 2004, uma das propostas a serem implementadas foi a criação dos Grupos de Trabalho – GT's. Os GT's são grupos de discussão das questões pertinentes dentro das comunidades do Maciço, formando redes internas entre os moradores, a comunidade e o Fórum do Maciço do Morro da Cruz. Um dos objetivos dos Grupos de Trabalho era a constatação de demandas, assim como a proposição de alternativas para solucioná-las. As comunidades se aglutinaram em pequenos grupos, facilitando a discussão sobre questões específicas de cada uma delas. Assim, se apresentavam os seguintes GT's: Monte Serrat conjuntamente com Nova Descoberta; Mariquinha e Tico-Tico; Alto da Caeira dos Sacos dos Limões, Caeira e Serrinha; Alto da Queimada, Queimada, Mocotó e José Mendes; Morro do 25 e Morro do Horácio; e Penitenciária. A comunidade da Penitenciária realizou seus trabalhos isoladamente, devido a conjuntura interna de violência que estava agravada no momento de implementação dos GT's.

As primeiras reuniões realizadas nos GT's foram proveitosas, inicialmente apresentaram os projetos do Fórum, como a Escola Aberta e a Rádio Comunitária. Como segundo passo, discutiu-se as demandas internas. Contou com a participação, além dos moradores, de integrantes da Comissão de Educação, como também dos facilitadores – profissionais que deveriam ser pagos pelo Estado, para implementar o projeto Escola Aberta, sendo que muitas vezes este lugar era ocupado por um integrante da própria comunidade. O objetivo destes facilitadores era garantir que o projeto fosse implementado, e que a comunidade e suas demandas se fizessem presentes nas escolas.

Os GT's tiveram pouca duração, devido a insuficiente participação da comunidade, que se viu desestimulada, uma vez que o Governo do Estado não cumpriu com os acordos com o Fórum do Maciço do Morro da Cruz e conseqüentemente com as comunidades, vetando as verbas para os projetos. (Fonte: Atas das reuniões dos GT's e atas reuniões do FMMC de 2004).

O Governo do Estado iniciou em março de 2004 o processo de Implantação dos projetos encaminhados pela Comissão Intersetorial, principalmente o “Projeto Escola Aberta” e outros projetos integrantes da área da Educação a discussão do “Projeto de Implantação de Polícia Comunitária no Maciço do Morro da Cruz”. No entanto, em abril, inesperadamente, alegando a falta de verba para a implementação destes projetos, o processo é interrompido, como também as expectativas, frustrando as comunidades e desestimulando os trabalhos internos, abalando mais uma vez a confiança depositada no Poder Público.

Na tentativa de retomada do processo de Implementação dos projetos, o Fórum do Maciço agenda uma Audiência Pública com o Governador do Estado Luis Henrique da Silveira, para pressionar e reentregar os projetos encaminhados pela Comissão Intersetorial. A

reunião foi realizada no dia 04 de junho de 2004. Infelizmente, o Governador não pode estar presente na Audiência, mas ela contou com a presença dos Secretários da Casa Civil, Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Secretário do Desenvolvimento Regional de Florianópolis, e Secretaria da Educação. Contou também com a presença do Coronel Dal Bosco – responsável pela Implementação do Projeto Polícia Comunitária –, Coronel Marlon Tezza – Comandante Geral do 4º. Batalhão –, Eriberto Meurer – presidente da ADESS–, assim como representantes das comunidades e da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz. Desta Audiência saiu o compromisso de entrega dos documentos ao Governador do Estado e o repasse das informações e apelos dos moradores e professores da área do Maciço.

O processo de implementação do projeto de Polícia Comunitária foi interrompido, também, pela troca do então Secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Dr. João Henrique Blasi, pelo Dr. Ronaldo José Benedetti. Esta ação desarticulou o projeto, tendo de ser reiniciado.

Dado ao fracasso dos projetos, a violência se mantém no MMC. Como forma de reversão deste quadro, o Fórum do Maciço denuncia a situação ao Ministério Público, exigindo que este cobre as devidas responsabilidades das Três Esferas do Governo.

A denúncia, apresentada em março de 2004 à Procuradoria Federal, surgiu como uma última alternativa de diminuir a violência, aumentando a segurança pública dentro dos morros, e garantindo melhores condições de vida, equidade social e vida digna, onde se garanta os direitos e a verdadeira concepção de cidadania.

Lutando pela concretização de políticas públicas básicas e por uma cidade verdadeiramente democrática e participativa, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, promove um debate com os candidatos à Prefeitura do Município de Florianópolis, em agosto de 2004,

para que os moradores do Maciço conheçam as propostas de cada candidato, para a cidade, e mais especificamente, para o Maciço do Morro da Cruz.

O debate foi realizado no dia 12 de agosto, e fazendo-se presentes apenas Afrânio Bopré, Gilmar Salgado e Sérgio Grando¹⁰. A dinâmica do debate foi de perguntas e respostas, realizadas por lideranças comunitárias do Maciço, sendo que os temas abordados foram: educação, esporte, cultura e lazer, Plano Diretor, infra-estrutura urbana, meio ambiente, questões relacionadas ao lixo e a água, geração de trabalho e renda, e segurança pública. Ao final da realização dos questionamentos, foi assinada, pelos candidatos, uma Carta-Compromisso, com enfoque nas diversas áreas as quais o MMC precisa de ações, as principais demandas das comunidades. O debate durou cerca de duas horas, e contou com a presença de moradores da área, estudantes dos colégios pertencentes à Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, candidatos a Câmara de Vereadores, bem como eleitores em geral.

Um dos objetivos deste debate foi de promover possibilidades de uma gestão participativa e democrática, em que a Prefeitura discuta com as comunidades formas de soluções, permitindo uma participação popular efetiva, o que não vem acontecendo nas duas últimas gestões.

1.4- Organização do Fórum do Maciço do Morro da Cruz.

Em consequência de todo processo de articulação, reivindicação, participação e orga-

¹⁰ Foram convidados os candidatos, sendo eles Afrânio Bopre (PT), Dario Berger (PSDB), Elpídio Neves (PHS), Francisco de Assis (PP), Gerson Basso (PV), Gilmar Salgado (PSTU), Sergio Grando (PPS), Pedro Eduardo dos Santos (PTdoB).

nização das comunidades, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, hoje é composto por diversas entidades, movimentos populares, conselhos e associações provenientes das comunidades dos Morros: Alto da Caeira do Saco dos Limões, José Mendes, Mariquinha, Mocotó, Monte Serrat, Morro do 25, Nova Descoberta, Penitenciária, Queimada, Tico-Tico, entre outras. O caráter reivindicativo e propositivo de atuação, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz está organizado em diversos eixos ou comissões de atuação. (Anexo I).

Resumidamente:

Comissão Executiva: visa articular, organizar, propor e encaminhas as demandas locais na construção das políticas sociais publicas;

Comissão de Educação: busca defender a perspectiva da educação em tempo integral, com qualidade, elaborando um Plano de Participação Popular nas escolas da região, de acordo com a realidade social;

Comissão de Meio Ambiente: tendo como objetivo a criação de um Plano Diretor adequado para a realidade das encostas;

Comissão de Segurança: visa um policiamento comunitário e políticas de segurança em caráter educativo/preventivo;

Comissão de Formação: busca oportunizar a formação sóciopolítica e organizacional das lideranças comunitárias;

Comissão de Trabalho e Renda: visa desenvolver alternativas para oportunização de trabalho e renda a partir do potencial local; e

Comissão de Comunicação: objetiva criar veículos de comunicação popular identificados com a realidade local.

No entanto, para a articulação das organizações se faz necessário o trabalho integrado de profissionais das varias áreas, a fim de que juntamente com a população se

organizem em um trabalho coletivo, na busca da solução de seus problemas. É dentro desta perspectiva que o Fórum do Maciço do Morro da Cruz busca suas parcerias sendo elas divididas em dois estágios:

Parcerias Locais: aquelas estabelecidas no município, contando com representantes de instituições governamentais como a Comissão Intersetorial (Governo Estadual), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente e Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão (SSPDC), organizações da sociedade civil – Agência de Desenvolvimento Social Sustentável (ADESS) e membros das comunidades já citadas.

Parcerias de Assessoria: visam orientar de maneira técnico-científica as propostas do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, sendo elas, Núcleo Inter-Institucional de Políticas Públicas (NIPP/UFSC), Fórum da Cidade, Departamento de Arquitetura/UFSC, Núcleo de Assessoria Jurídico Popular (NAJUP/CESUSC), entre outros.

A dinâmica atualmente utilizada para viabilização dos encontros entre lideranças e parcerias, e entre si, no Fórum do Maciço do Morro da Cruz, são feitas a partir de encontros mensais da Comissão Executiva contando com a presença de representantes e líderes comunitários anteriormente citados, as reuniões que acontecem bimestralmente denominadas de Fórum Ampliado do Maciço do Morro da Cruz, onde se fazem presentes além das lideranças, as demais parcerias, além de reuniões eventuais de acordo com a necessidade e as próprias reuniões internas das comunidades, com o acompanhamento e assessoramento do Fórum do Maciço do Morro da Cruz. A instituição conta atualmente com um coordenador geral e morador da comunidade de Monte Serrat, o educador popular Padre Vilson Groh; com a secretária executiva, a Assistente Social Kelly Cristiny Cabral; um articulador da área do Maciço, da comunidade Mariquinha, alocado para a mobilização e organização popular, Rui

Alves; e com duas estagiárias de Serviço Social, Josiane Stimamiglio e Júlia Gonçalves Rech; conta também com as lideranças comunitárias, que desempenham papel primordial nesta organização, que além de propor soluções para as demandas das comunidades, auxiliam na elaboração dos projetos para a área, e servem de alavanca para os movimentos sociais na cidade.

Assim, a dinamicidade pressupõe que o movimento é inconstante, o que dá aos Movimentos Sociais todo seu desafio de se ter uma realidade a cada dia, uma nova expressão da Questão Social em um breve espaço de tempo, dando aos profissionais que trabalham nesta área a imprevisibilidade para o dia de amanhã.

Este é o caminho percorrido pelo movimento sócio-comunitário, na busca pela efetivação dos direitos, levando-se em conta que os resultados nem sempre são tão precisos, que a demanda é grande, mas que o Fórum do Maciço do Morro da Cruz caminha para a proposição e luta por espaços democráticos, buscando amenizar as dificuldades, e levar maior Qualidade de Vida aos moradores.

2 COMISSÃO DE EDUCAÇÃO: UM TRABALHO JUNTO ÀS ESCOLAS QUE FAZEM PARTE DO MACIÇO.

2.1 Educação: o Primordial é Necessário

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, a alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária. (artigo 4º. do Estatuto da Criança e do Adolescente)

A vida escolar possibilita o desenvolvimento de crianças, desde os primeiros anos de vida até sua adolescência, e para àqueles que têm acesso, até a vida adulta, através do ensino superior. Cabe à escola, à família e ao Estado zelar pelo bem estar destes sujeitos em desenvolvimento, para que o básico para uma vida digna seja garantido.

É papel do Estado assegurar às crianças e adolescentes educação, sendo esta forma de ampliação de cidadania, profissionalização, independência, crescimento, liberdade e igualdade.

Como se vê, a escola faz parte do cotidiano destes indivíduos, e são eles parte essencial da instituição escolar. Ela facilita os espaços de cidadania e seus acessos, e para que eles sejam possibilitados, sem distinções de nenhum tipo, a instituição precisa estar equipada, com ambiente físico adequado e profissionais cientes de que irão trabalhar com a diversidade sócio-cultural, o que diga-se enriquece e inova o cotidiano escolar, possibilitando a troca de experiências e vivências das mais variadas, desde familiares, pessoais e das comunidades de onde provêm.

Severino (1986, apud GERARDI, 2000), conceitua a educação como:

um processo sócio-cultural que se dá na história de uma determinada sociedade, envolvendo comportamentos sociais, costumes, instituições, atividades culturais, organizações burocrática-administrativas. É o que se poderia chamar a 'realidade educacional' de um país com suas escolas, com

seus currículos, com seus sistemas de ensino, com suas estruturas e funcionamento concretos.

Esta organização precisa e deve estar relacionada com a realidade local, preocupando-se com a formação educacional destes ‘sujeitos de direitos’, inserindo-os num mundo de novidades, com variados assuntos, desde a origem de mundo até a sociedade contemporânea.

No Brasil é alarmante o número de desempregados (muitas vezes por falta de qualificação profissional, e conseqüentemente escolarização), o que se tornou um dos grandes agravantes da exclusão social, acompanhado da concentração de riqueza nas mãos de poucos, salários baixos, falta de Políticas Públicas e qualidade de vida oferecidos pelo Estado, não acesso a direitos básicos (como saúde, alimentação e educação – sem falar em lazer, cultura e esporte) dentre outros aspectos excludentes.

A exclusão social atinge a maioria da população. Famílias e crianças carregam o peso da desigualdade, afligindo principalmente os moradores de áreas de periferia, que se vêem desprovidos de muitos direitos, inclusive os garantidos em lei. Considerando que os baixos níveis de escolaridade contribuem para as desigualdades, é preciso lutar e pressionar o Estado para que a educação seja realmente priorizada, não só em quantidade, mas também em qualidade, e que sejam, a partir do lugar da educação, trabalhadas a questão da evasão e da repetência escolar. Uma das principais formas de amenização ou resolução deste processo se dá pela educação, e dessa forma, é possível reivindicar os direitos e saber respeitar e ser respeitado, impor-se, levar em consideração sua liberdade de escolha e noção de cidadania.

Mas as estruturas escolares precisam adequar-se a situação vivida. Hoje, elas ainda, estão reproduzindo os esquemas sociais dos grupos dominantes, e acrescidos a isso, como agravante, as unidades escolares apresentam problemas de saneamento básicos, junto com a

falta de água, de merenda escolar. A educação precisa ser mais valorizada, desde as instituições que trabalham com as séries iniciais até o ensino superior. Optar pelo modelo educação significa fazê-la de forma que modifique seus alunos, e estes, como também que tenham consciência de seu poder de modificação da sociedade.

A educação para o povo deve acontecer a partir de sua cultura, de seus conhecimentos e cotidiano. As escolas são agências dela – ou ao menos devem ser. Quanto à participação efetiva do povo, no sistema escolar vigente há pouco envolvimento. É preciso motivá-los e capacitá-los para que possam estar presentes na vida escolar, de modo que se façam participantes, a educação existe para tornar os cidadãos cientes de seus direitos e deveres. O conceito de participação permeia tudo, já que ele é o impulsionador do movimento dentro das Instituições escolares, sendo que o necessário,

[...] não são apenas condições materiais, salários, ou uma boa engenharia no planejamento técnico (ainda que inclua os aspectos sociais), que cria, estimula ou desenvolve a participação. A motivação, os valores, a mentalidade são elementos constitutivos da cultura da participação. O não reconhecimento dos esforços desenvolvidos pelos profissionais da educação, e a não valorização de seu trabalho, são elementos de grande desestímulo à participação. (GONH, 2002, p. 117).

Falar em participar é falar em participação dos alunos e dos professores. O último, muitas vezes se desmotiva com os baixos salários, quase sempre acompanhado de excesso de trabalho. E como estes educadores conseguirão despertar o conceito de participação se alguns deles mesmos não possuem ou exercem? É necessário dar melhores condições de trabalho aos professores da rede pública, e valorizá-los, já que estes têm de “matar um leão por dia”, para poder passar um pouco de seu conhecimento.

O Serviço Social está ligado à educação, pois como facilitador de direitos sociais, a garantia de escolas de qualidade para todos deve ser um de seus principais papéis, além, de

claro, possibilitar que os educandos e sua família tenham melhor qualidade de vida. Muitas das questões surgidas dentro das instituições escolares, como evasão e repetência, são reflexos do cotidiano familiar e comunitário do aluno, ao qual o Assistente Social está intimamente ligado, pois é um de seus objetos de trabalho. O profissional deve também prevenir, ter consciência dos problemas familiares, que possam refletir na vida escolar das crianças e adolescentes em questão, através de sua prática profissional.

2.2 Comissão de Educação: “Reescrevendo o mundo com o lápis e não com arma”.

Hoje não temos que pedir verbas para construir grandes estruturas, edifícios, [...] mas sim, investir em pessoas, em consciência, em educação. [...] Porque acabar com edifícios, estruturas pode ser mais fácil e rápido do que acabar com a consciência de um povo. (GROH, 1995)

Retomando, nosso objeto de trabalho, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, objetivando, cada vez mais, uma melhor qualidade de vida para seus moradores em todos os aspectos, busca articular-se com os colégios, creches e centros de educação infantil – os CEIs – que contam com alunos de sua área, a fim de que estes tenham sua realidade levada em conta, não para diferenciá-los, mas para que cada vez mais a prática escolar condiga com o que acontece na vida de seus educandos, não sendo “o mundo de fora” totalmente desligado do fazer profissional dentro de sala de aula.

Surge uma maior busca por direitos, impulsionada também pelo FMMC, e os moradores das comunidades que fazem parte, estão, gradativamente, preocupando-se cada vez mais com educação de qualidade para seus filhos, mesmo os pais contando com baixa escolaridade na maioria das vezes. Este tipo de comportamento mostra uma transformação

social e comunitária, o que enriquece e engrandece não só a comunidade, mas também os moradores pessoalmente.

Estas escolas, as quais recebem os alunos provenientes da região do Maciço do Morro da Cruz unem-se em parceria com a AGRECO (Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral), na busca por maior qualidade de vida, através da iniciativa da merenda sem agrotóxico para estas escolas. A AGRECO produz e revende estes produtos, livres de substâncias químicas para estas escolas, proporcionando, por um lado, a geração de trabalho e renda para os agricultores, e, por outro, maior união destas escolas, além de uma alimentação mais saudável para estas crianças e adolescentes.

Esta discussão sobre esta importante iniciativa foi bastante importante neste período para a união das escolas, assim como a necessidade concreta de articulação escola – comunidade – família, a fim de que estes mesmos se tornem sujeitos atuantes na conquista de seus direitos de cidadania, assim como de sua própria emancipação social. Surge, então, a Comissão de Educação, Esporte, Cultura e Lazer do Fórum, a CE, impulsionada pela merenda sem agrotóxico, sendo hoje composta por nove escolas estaduais, três CEI's e uma creche do centro de Florianópolis que atendem a demanda de crianças, jovens e adolescentes advindos das comunidades da região do Maciço do Morro da Cruz, sendo que as quais foram citadas anteriormente no capítulo 1.

Os encontros desta comissão acontecem quinzenalmente, com os diretores das escolas. Este grupo é coordenado pelo Padre Wilson Groh – educador popular e morador da comunidade de Monte Serrat – em uma das escolas que fazem parte da Comissão de Educação. Conta também com uma secretária executiva – Elizete Gesser Della Giustina Dagoregio. A Comissão de Educação organiza eventos, palestras para alunos e professores e manifestações reivindicativas com os alunos, conjuntamente com os professores; busca maior

articulação e efetivação de projetos junto a Secretaria de Educação, implementa o Projeto de Formação Continuada para os professores, realiza eleição de diretores através do voto popular, enfim, almeja que se tenha certa unidade nas ações destas escolas, buscando sua identidade.

As escolas se esforçam para atender as demandas de escolaridade desta população.

Mas além destas, também convivem com uma série de problemas tais como:

- Crescente aumento da violência interna;
- Alta rotatividade de professores, por questões salariais, profissionais e/ou pelas péssimas condições de trabalho com as quais convivem;
- A existência de profissionais sem a habilitação exigida;
- Sobre-carga de trabalho para diretores, auxiliares e professores;
- Insuficiência de profissionais para o apoio pedagógico;
- Estrutura física e de atendimento incompatíveis com as demandas;
- Uma escola voltada para o emergencial, sem planos, critérios ou projetos próprios;
- Constantes “reformas educacionais” sem discussão prévia, (reordenamento, regime semestral, classes de aceleração, tempo de aprender, entre outros) e sem a criação das condições necessárias para a implementação das mesmas, ocasionando tumulto nas escolas,
- Escolas sendo reformadas durante o período letivo causando uma série de problemas por falta de organização e planejamento.
- Existência nas escolas de instancias de decisão como as APP's e os Conselhos Deliberativos que pouco decidem e muito menos discutem a escola como um todo, sem contar os baixos índices de participação dos representados¹¹.

¹¹ Fonte documento com propostas para a discussão do Plano Estadual de Educação, da Comissão de Educação, Florianópolis, em 2003.

A constituição da Comissão de Educação objetiva o desenvolvimento de ações concretas, no que diz respeito à defesa de uma educação popular nas comunidades, buscando a construção de um plano político- pedagógico adequado à realidade social do Maciço do Morro da Cruz, procurando desconstruir a mentalidade, muitas vezes excludente e imediatista imposta pelo próprio Estado, de que as Escolas Públicas são depósito de crianças. Ainda objetiva maior qualidade e melhores condições de trabalho, reivindicando, propondo e buscando alternativas junto às esferas de poder.

Quando se sobe os morros, a realidade denuncia o descaso do poder público: são crianças, jovens, adultos e idosos que vivem em condições precárias. A busca pela sobrevivência faz com que muitos pais de família busquem abrigo em verdadeiros barracos, enquanto que outros se abrigam embaixo de enormes rochas, freqüentemente, sujeitas a deslizamentos. Sem perspectiva de vida, muitos acabam optando pelo caminho mais fácil, mas também o mais perigoso, que é servir ao narcotráfico. Tem-se clareza que o papel do Estado é amplo, mas que deve, neste momento vivido nas comunidades empobrecidas da periferia, extirpar via educação, o segundo estado que aqui se instalou, o Estado do narcotráfico, proveniente de um processo histórico de exclusão social.

Segundo Gohn (2002, p.109), os altos índices de vários tipos de violência existentes na sociedade brasileira atual tem se refletido também em “atos e condutas de violência no interior das escolas [...]”. As escolas que fazem parte da CE também passam por situações as quais requerem tato das lideranças internas das escolas.

Um acontecimento, no ano de 2003, foi o caso da Escola de Educação Básica Padre Anchieta em que alguns pais denunciaram a presença de alunos armados na escola; outro acontecimento se refere a Escola de Educação Básica Jurema Cavallazzi, que por não contar

com um vigia, na época, convivia com a presença diária no pátio da escola de jovens e adolescentes que não são alunos. Um problema também bastante grave é o do Centro de Educação Infantil da comunidade da Mariquinha que possui um telefone público interno o qual estava sendo utilizado por pessoas ligadas ao tráfico. Estas pessoas, com a arma na cintura não se importavam com a presença das crianças pequenas, menores de 6 anos, que assistiam a estas cenas. Além disso, os funcionários da creche se expunham a todo tipo de conversa feita neste local de trabalho. Este telefone foi instalado fora do terreno da escola, mas em frente a mesma, o que só distanciou o problema, mas não o resolveu. No caso deste Centro de Educação Infantil é importante registrar que o mesmo possui uma área de lazer minúscula, construída pela própria comunidade, enquanto que ao seu lado existe uma casa à venda que tem sido ocupada pelos traficantes para várias atividades ilícitas presenciadas muitas vezes pelas crianças. A solução seria simples: bastaria o Estado adquirir a área e torná-la espaço de lazer para o Centro de Educação Infantil resolvendo dois problemas com uma única ação.

Apesar de nem todas as escolas que atendem os moradores do Maciço do Morro da Cruz apresentarem problemas tão graves como os apontados acima, há um problema que é comum a todas. Refere-se ao fato de que toda vez que ocorre uma chacina ou tiroteios nas comunidades, o clima das escolas se altera consideravelmente, diagnosticando o quanto esta situação interfere no lado emocional das crianças e adolescentes, atingindo diretamente o cotidiano das escolas, prejudicando assim o cumprimento do seu papel social.

Para modificarmos a realidade social vivida hoje, amenizarmos os problemas sociais e mudarmos o quadro assustador da violência apresentado principalmente nos últimos anos em Florianópolis – o qual está atingindo também o espaço escolar. Faz-se necessário um conjunto de ações, ou seja, políticas públicas capazes de proporcionar a essas cerca de 10.000 crianças e

adolescentes de 07 a 12 anos moradoras do Maciço do Morro da Cruz que estão hoje nas escolas, uma perspectiva de futuro diferente da vivida atualmente pela conjuntura social atual local, possibilitando oportunidades de inserção nas universidades públicas e emprego digno, de forma que ao ingressarem no mercado de trabalho sejam acolhidos pela sociedade, percorrendo assim um caminho inverso ao da criminalidade.

Uma das questões que se mantém como ponto de discussão e reivindicação, tanto do FMMC, quanto da CE, é uma escola de qualidade com participação efetiva da comunidade, sendo que “[...] a luta pelo acesso e permanência de todos a uma boa escola (isto é, obviamente, uma luta para a transformação social) é a primeira prática escolar participativa e democrática, sem a qual nenhuma outra faz sentido”. GANDIN (1997, p. 94). Uma das questões importante é o impulsionamento da participação – tanto dentro da escola, como na sociedade como um todo (reivindicações, votações, discussões) – que se objetiva, pois somente assim, poderá se ter cidadãos mais conscientes de seu papel.

Sem dúvida, a escola é um meio de iniciar a participação popular, pois permite a entrada dos pais dos alunos nos processos populares, incitando a participação comunitária, além de, criar uma conscientização e um (re)conhecimento não só dos problemas-questões, como do contexto da escola, e da própria comunidade. Os professores presentificando-se nas comunidades, e (re)conhecendo esta realidade, facilitam as relações professor-aluno-comunidade.

De acordo com avaliação realizada com os professores das escolas no final do ano de 2003¹², estes, apontaram o Fórum do Maciço do Morro da Cruz como uma experiência que precisa ser mantida e ampliada, pois se revelou como um importante espaço de discussão, que

¹²Fonte: Ata da reunião de avaliação da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, dezembro de 2003.

tem possibilitado mudanças não só nas práticas pedagógicas, mas também no envolvimento social de professores e alunos. Avalia também que os trabalhos organizados pela Comissão de Educação do Fórum vêm garantindo uma mudança de postura dos professores em relação aos seus alunos – maior respeito e valorização.

Sobre o envolvimento dos professores na CE, este foi considerado positivo, apesar de haver, de acordo com o relato, ainda por parte de alguns, uma visível falta de compromisso por parte de alguns professores. Em alguns casos, este se justifica pelo acúmulo de trabalho e o fato de lecionarem em mais de uma escola, dificultando a participação efetiva de todos os professores, sem contar os baixos salários que desmotiva a participação.

Alguns projetos – como o plantão e apoio pedagógico, vigias, bibliotecários, etc., foi uma luta da CE, e esta, conseguiu sua viabilização junto à Secretaria de Educação.

Estes projetos garantiram, de acordo com a avaliação dos professores: maior segurança para as escolas, inclusão digital, melhora no atendimento da biblioteca, maior organização do funcionamento interno das escolas, uma maior participação dos professores em atividades de formação. Isto contribuiu para manter mais os alunos na escola, garantiu o cumprimento do ano letivo e tornou a escola um ambiente mais agradável.

Uma das prioridades para a Comissão de Educação é a formação dos professores, mas não uma formação qualquer, mas sim de forma constante e adequada.

2.2.1 Formação Continuada: quem não se recicla, se trumbica...

As escolas que compõem a CE atendem alunos os quais possuem, em sua maioria, baixo nível de qualidade de vida. Estes carregam consigo históricos de sérios problemas

sociais, inclusive àqueles ligados à violência e ao narcotráfico, com o qual convivem cotidianamente, e às vezes são envolvidos, sendo vítimas que nem sempre conseguem se desvencilhar deste, pagando com a própria vida. Estas escolas também estão no enfrentamento destas questões de grande gravidade, destacando aquelas ligadas à falta de segurança nas comunidades, disciplina escolar, carência afetiva e financeira, informação, entre outros.

Foi pensando nesse quadro que o Fórum se propôs encontrar alternativas que possam fazer frente a estes problemas.

Uma delas foi o Projeto de Formação Continuada – PFC (ou a Formação em Serviço), em que acontecem encontros mensais com os professores, das Escolas que fazem parte do Maciço, na perspectiva de discutir e propor alternativas pedagógicas para que estes professores possam atuar de modo mais qualificado juntos aos alunos provenientes destas comunidades. Este processo se dá através de atividades com determinados eixos temáticos, que levam em conta as realidades dos alunos. A qualidade que se busca se refere à idéia de que a escola precisa estar cada vez mais atenta ao contexto que a envolve tanto o mais imediato como o mais amplo e procurar formar seus alunos para que possam intervir como sujeitos neste contexto. Por isso, há a necessidade de se garantir que estes alunos tenham acesso a um conhecimento mais elaborado e ao desenvolvimento da capacidade de utilização desse conhecimento na sua vida cotidiana.

A Formação continuada dos professores foi uma grande conquista para o FMMC. Os professores exercem grande poder político, mas às vezes não se dão conta desta situação. É importante que a prática educacional cotidiana conte com questões e assuntos que possam enriquecer o fazer escolar. O PFC proporciona este tipo de ação, pois se procura tratar assuntos condizentes com a realidade dos alunos, como violência, informática (inclusão digital), educação multirracial, arte-educação, meio ambiente, sexualidade, entre outros.

Dentre os assuntos tratados, está a relação escola-comunidade. Nesta relação os eixos temáticos também devem servir como elementos orientadores, já que os mesmos surgiram das problemáticas enfrentadas pelas comunidades do Maciço do Morro da Cruz. Tornar estes eixos prática curricular é uma alternativa, que está sendo implementada em alguns colégios, a qual proporciona uma maior aproximação, e um maior envolvimento da escola com a realidade das nossas comunidades.

Sendo assim, a aproximação da escola, com a comunidade, deve se dar no sentido de auxiliá-la no processo de organização para o enfrentamento das suas problemáticas. Surge, portanto, a necessidade de se (re)pensar o espaço da escola, tornando-o um espaço de formação, do desenvolvimento cultural, lazer, entretenimento, profissionalização não só dos seus alunos, mas de toda a comunidade e não apenas em dias úteis mas nos finais de semana também, que a priori acarretarão em mudanças significativas. entre outras mudanças necessárias.

Com a Formação Continuada, o próprio clima dentro das escolas, a relação professor-aluno, e dos alunos entre si, modificou significativamente. De acordo com Danilo Ledra¹³, há uns dois anos atrás uma das mais fortes preocupações, era o alto índice de violência interna, sendo tema de várias reuniões da CE. Hoje, este tipo de questão não são tão freqüentes quanto antigamente, demonstrando, já, uma mudança interna das escolas, decorrente desta formação continuada e do conseqüente maior conhecimento da realidade, podendo se trabalhar de forma melhorada.

E, para isso, o projeto PFC traçou algumas metas: diminuir a violência no interior das escolas, e dentro das possibilidades nas comunidades; maior valorização dos aspectos

¹³ Ex-professor do Colégio Jurema Cavalazzi, foi Secretário Executivo da CE por mais de um ano no período 2003/2 e 2004/1 e hoje faz parte do Sindicato dos Professores.

afetivos e emocionais nas relações pedagógicas; realização de ações conjuntas envolvendo as escolas que compõem o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, a partir de eixos temáticos ou de questões trabalhadas neste processo de formação; promover a troca de experiências pedagógicas desenvolvidas dentro dos eixos temáticos definidos pelo Fórum do Maciço. As estratégias que procuram serem utilizadas na Formação Continuada são: trabalhar as questões afetivas e emocionais dos próprios professores; organizar comissões de trabalho para propor, organizar e articular ações dentro dos eixos temáticos, paralelamente aos encontros de formação; divulgar por meio do Jornal do Fórum – o Guarapuvu, as ações desenvolvidas pelas comissões a fim de valorizá-las e estimular outras iniciativas; estabelecer parcerias com as Universidades para potencializar as iniciativas das comissões. (fonte: Projeto de Formação Continuada dos professores do Fórum do Maciço, 2003).

Infelizmente, atualmente o PFC acontece por conta dos colégios, não contando com subsídios financeiros nem pedagógicos do Governo Estadual. Ao longo do tempo, os encontros foram se modificando; anteriormente contava com palestrantes visitantes – que às vezes acabam abordando assuntos que não condizem com a realidade dos alunos dos colégios. Hoje, se valoriza as experiências internas, sendo os próprios professores os palestrantes, procurando trocar experiências e que tais iniciativas possam se expandir, assumindo coletivamente as práticas sociais que deram certo em cada escola. Quando se vê o outro, pode-se espelhar, possibilitando uma compreensão mais razoável do que se deseja para os estudantes em processo de formação. Para a realização destes encontros, utilizam-se locais públicos com maior capacidade (já que a participação dos professores é intensa), procurando tratar de assuntos diversos; os assuntos específicos deveriam ser apresentados por grupos

temáticos, mas pela mudança da dinâmica não puderam ser realizados. Prevê-se que ele aconteça no ano de 2005.

De acordo com ata da reunião de Avaliação da CE em dezembro de 2003, os seus encontros garantiram: maior união das escolas, crescimento pessoal, enriquecimento/qualificação da prática pedagógica, aumento da motivação, “reciclagem” de idéias, maior integração entre os professores, troca de experiências. Para a grande maioria dos professores, os temas trabalhados nos Encontros de Formação foram significativos, pois estavam ligados ao dia-a-dia das escolas.

2.2.2 Eleição dos diretores: democracia já!

A eleição dos diretores das escolas que fazem parte da CE tem como critério para ocupação do cargo, o voto popular, sendo os votantes alunos, pais e funcionários dos colégios. Esta iniciativa não é incorporada por todos os colégios do Estado; a maioria ainda hoje, tem a indicação política como forma de eleger seus diretores.

Isto só foi possível graças a uma carta de indicação do FMMC, com o acordo do então governador, Luiz Henrique da Silveira, e também do Secretário de Educação Jacó Anderle. O objetivo era de que estas escolas estariam, via diretor, engajadas com o projeto do Maciço, e caso isso não acontecesse, não continuariam na função, pois o objetivo é que a educação se preocupasse com a realidade dos morros e de seus alunos, e incorporasse mudanças em seu fazer profissional, para que os alunos pudessem ter, cada vez mais, aulas de acordo com a realidade vivida por estes.

Segundo Gandin (1995, p. 80), o voto dentro das escolas, não só em eleições, mas nas decisões administrativas, deveria ser incorporado pelas administrações escolares:

No interior da escola, a participação se coloca hoje, como em toda a sociedade: desejada, sinal dos tempos. A grande tendência é mais do que a democracia representativa em que o elemento fundamental é o voto; buscase a democracia participativa em que o poder esteja realmente distribuído e em que a representatividade nasça dos grupos e se realize como uma tarefa que qualquer um exercerá dentro do grupo, na medida em que for necessário.

Distribuir responsabilidades e delegar tarefas, sem dúvida, faz com que alunos se sintam mais responsáveis pela estrutura escolar, assim como não sobrecarregam profissionais, além de ser a forma mais democrática nas decisões internas.

Procura-se que a eleição dos diretores das escolas que fazem parte do Maciço aconteça de forma mais transparente e democrática possível. Como o ano de 2004 é ano de eleição para as diretorias dos colégios, estes mudam sua dinâmica, e nesse período procuram aumentar a consciência política de seus educandos, exercendo, assim, o seu poder de voto. A eleição dos diretores tem sido assumida por todas as escolas, em contra partida, as que não assumirem este compromisso neste ano, irão se auto-excluir da Comissão de Educação, por não estarem se adequando ao seu processo de trabalho. É possível que aconteça isso este ano, pelo fato de que alguns não estão de acordo com as eleições, que de acordo com Danilo Ledra, provavelmente, acontece por defender o privilégio de ser indicado politicamente.

Um ponto importante a ser destacado é a democrática gestão das escolas. Nos encontros dos diretores, esta temática está sempre presente. Portanto, cabe a todas as instituições educacionais que participam desta Comissão tornar isso prática efetiva e cotidiana. Isso implicaria, é claro, tornar a escola um espaço aberto às discussões dos seus problemas internos de forma transparente em relação as suas ações e práticas pedagógicas. Seria garantir a participação dos pais e alunos de forma efetiva na comunidade escolar. Neste sentido, a realização de eleições diretas para as direções das escolas, é um momento político-pedagógico

importante, tanto para a comunidade como para os alunos, garantindo o exercício concreto da cidadania. Implica também em tornar a gestão financeira transparente, com prestação de contas freqüentes, aberta a discussões e encaminhamentos sobre a aplicação dos recursos financeiros que a escola tem acesso. Enfim, implica fundamentalmente em dividir o poder e as responsabilidades das atividades. Segundo Gandin (1995, p. 82) esta prática está sendo bastante implementada: “Cada vez mais, até com certa ênfase e freqüência, os professores primeiro, e depois, os pais e até os alunos são chamados para decidir determinados pontos, geralmente escolhendo entre duas ou três alternativas já de antemão indicadas pelo dirigente”.

Muitas escolas resistem à presença da comunidade na vida escolar, como se esse espaço não lhe pertencesse, ou como se não lhe coubesse participar da política interna da escola. A comunidade deve, sim, saber das finanças, dos problemas, das questões pendentes. Participar da transparência nas atividades pode ser mais trabalhosa, mas a questão da descentralização das atividades, pode facilitar o sucesso das escolas.

A experiência é válida, e o princípio da permanência da comunidade dentro das escolas se inicia com as eleições diretas. O próximo passo, imediato seria disponibilizar o espaço físico das escolas, em prol das comunidades, para que elas possam usufruir delas, de acordo com as necessidades. Uma forma de este processo ser implementado, é o Projeto Escola Aberta, uma das iniciativas do Fórum do Maciço do Morro da Cruz.

2.2.3 Projeto Escola Aberta: uma boa idéia que não foi implementada

O FMMC conjuntamente com a Comissão de Educação, idealizaram o Projeto Escola Aberta, que visa a utilização dos espaços e horários ociosos da escola para o desenvolvimento de atividades que busquem a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

É imprescindível a participação da comunidade na escola, sendo possível concordar plenamente com Gonh quando afirma que “estamos plenamente de acordo com a busca de integração da escola com a comunidade de seu entorno, com uma ação necessária e urgente [...] Quando a escola deixa de ser um aglomerado de salas de aula e vira um espaço público de convivência [...] (GONH, 2002, apud DIMENSTEIN, 1999, p. 9).

Como proposta inicial, estas atividades devem se situar nos campos da profissionalização, trabalho e renda, ecologia, arte-educação, esporte e lazer. Melhorar a qualidade de vida significa garantir possibilidades de emprego e renda, espaços para a prática do esporte e do lazer, acesso à cultura tanto na perspectiva de socialização como de produção/transformação cultural e organização/humanização do território onde se situa a comunidade e da vida das pessoas que ali residem. Neste sentido, temas como economia solidária, alimentação, higiene, saúde, saneamento básico, sexualidade, música, dança, artes plásticas, esporte, lazer, entre outros devem estar nas agendas das escolas.

Apesar das dificuldades iniciais de se mobilizar a comunidade para discutir este projeto, o Fórum do Maciço defende que só com a participação efetiva da comunidade, tanto na deliberação sobre as atividades a serem desenvolvidas como na avaliação contínua do projeto, é que se garantirá a qualidade e a continuidade dos mesmos. Neste sentido, o assunto foi discutido internamente nas comunidades para viabilizar as condições e dessa forma se inicie este trabalho de envolvimento das mesmas. Uma forma de garantir as condições iniciais é liberando um profissional da escola, ou contratando um profissional (o facilitador, que preferencialmente conheça a realidade local), por uma determinada carga horária para ir articulando com a comunidade em geral e os alunos com vistas a elaborar uma proposta inicial. A implantação de um projeto específico a partir do qual se estabeleceria um diálogo com a comunidade também pode ser uma forma de garantir as condições iniciais para a

abertura da escola à comunidade. (fonte: Projeto Escola Aberta, FMMC, abril de 2004, e diretrizes gerais para implantação do projeto EA, Comissão de Educação, 2004).

É fundamental que o envolvimento da comunidade não se restrinja aos pais de alunos, mas incorpore todas as forças vivas locais, sobretudo as organizações civis existentes no seu interior. Para isso é fundamental que a escola vá a comunidade, procurando saber quais são seus problemas, suas necessidades e suas formas de organização.

O Estado precisa ter claro que este projeto vai demandar a contratação de mais profissionais e também a compra de uma série de materiais, sendo que este ônus não pode ser assumido nem pela comunidade e muito menos pela escola, mas deve ser assumido pelo poder público. Isso não significa dizer que não se poderá estabelecer algumas parcerias com o setor privado, com universidades, entre outros setores, sempre em benefício da comunidade. Temos claro que só com o Estado assumindo o seu papel de financiador maior e com um amplo e contínuo processo de avaliação é que se conseguirá dar qualidade e continuidade a este projeto. No caso da contratação de profissionais como foi dito, deve-se priorizar pessoas oriundas da própria comunidade sempre que for possível.

No ano de 2004, o projeto começou a ser implementado em escolas que fazem parte da CE. Infelizmente, em abril do mesmo ano, o Governo Estadual vetou a continuação do mesmo, alegando a falta de recursos financeiros e da dificuldade para a contratação dos profissionais necessários – embora o mesmo estivesse orçado para o ano. No final das contas, as comunidades foram as mais prejudicadas, com essa decisão, interrompeu-se um processo que procurava alavancar a qualidade de vida dos moradores, mas que, pelo fato citado, não foi colocado em prática, desmotivando as lideranças e as comunidades em geral. O Poder Público Estadual não possui previsão para sua retomada. Cabe aos moradores, a busca alternativa de formas de encaminhar estes e outros projetos.

Um dos requisitos para se implementar este projeto, é o conhecimento da realidade e da identidade da própria Comissão de Educação, na busca de uma unidade.

2.2.4 A questão da Identidade da Comissão de Educação: o autoconhecimento.

Estamos juntos porque temos muitos problemas e porque não temos a autonomia que desejamos. Temos que ir trabalhando nossas diferenças, sabendo tolerá-las, superando-as gradativamente. (depoimento de Jéferson, diretor do colégio Jurema Cavallazzi na época. Fonte: ata da reunião de 27/05/2004)

Percebeu-se ao longo da caminhada da Comissão de Educação, que havia uma diversidade muito grande e uma falta de unidade entre os colégios, sendo que os mesmos realizavam suas ações e decisões de forma isolada.

Diante deste quadro, as reuniões da CE no ano de 2004 se iniciaram com uma importante discussão: a questão da criação de uma identidade da comissão. O objetivo era e é conciliar características comuns definindo aquilo que identifica uma escola do FMCC.

É preciso ter claro o que as identifica: o que esta escola tem de estar construindo internamente, e como esta deve se relacionar no processo de constituição da identidade. Neste sentido, algumas perguntas precisam ser respondidas: o que os mantém unidos? Em que são iguais? Em que aspectos quer/desejam ser iguais? Quais princípios devem nortear suas práticas?

De acordo com as ata da reunião da CE de 27 de maio de 2004, em relação às identidades, Danilo Ledra redigiu um documento sobre o assunto. Neste, fala que as divergências nem sempre são de cunho político ou pedagógico, mas muitas vezes se deve por uma certa competição que ocorre sutilmente entre as escolas e suas direções. Frisa também o

prazer de contar com a coordenação de Padre Vilson, grande motivador da união das escolas, tendo o “privilegio de contar com uma liderança que tem história e uma grande capacidade de percepção, além de ser carismática, sensível e companheira”.(Fonte: ata da reunião de 27/05/2004).

O documento relata também que se tomam atitudes isoladas diante de certas situações comuns. Logo, para a união das escolas do Fórum, é de fundamental importância que haja comunicabilidade entre as escolas envolvidas.

Se há a necessidade de ser igual, é preciso que este sentimento se fortifique também nos momentos difíceis e complicados que acontecem internamente. Necessariamente deve-se compartilhar as angústias, os problemas e as responsabilidades, este compartilhar, além de unir o grupo em torno de determinadas questões, fortalecem e garantem maior segurança na execução de certas ações. As escolas apresentam também uma série de problemas que são comuns a todas e isso as aproxima. São estas proximidades, que fazem com que se consiga superar os problemas.

Ao se registrar históricos de luta, práticas profissionais, experiências que deram certo, o trabalho nas escolas pode ser facilitado e enriquecido, pois já que seus alunos, nas suas diversidades, são marcados por características semelhantes, tenham atitudes homogêneas, isto faz com que as escolas tenham problemas comuns e necessidades de soluções comuns.

Estas instituições escolares, direta ou indiretamente, atendem as demandas das comunidades de onde provém seus alunos, e, apesar das condições de trabalho serem precárias às vezes, desde a estrutura física até material didático, conseguem realizar um belo trabalho, visto como modelo para as outras escolas da capital, principalmente pela iniciativa da Formação Continuada, que mesmo acontecendo por conta das escolas – não contando com

subsídios financeiros estaduais-, torna seus profissionais cada vez mais educadores mais populares e preocupados com a cidadania e com o futuro de nossa cidade e de seus municípios.

No que diz respeito às escolas, está se compreendendo que é preciso superar a competitividade, visto que é preciso somar os esforços em eliminar a competição. O objetivo comum de todos não pode ser esquecido: a busca por uma educação condizente com o cotidiano social de seus educandos, voltada para uma educação de qualidade, e um trabalho integrado. Se os acontecimentos diários interferem no aprendizado das crianças e adolescentes, estes devem ser discutidos e não serem condenados à indiferença. Conhecer o universo do aluno facilita o reconhecimento de comportamentos inadequados, que podem ser indícios de uso de drogas. O professor pode e deve auxiliar quando seus alunos necessitam de ajuda, ou encaminhá-los a uma instituição ou profissional que possa tratar da questão que o envolve. Sabe-se que a divisão enfraquece qualquer processo que se destina coletivamente conquistar um espaço social. Os colégios unidos que possuem mais força, e assim podem pressionar mais facilmente o Estado em busca de melhorias para as escolas. Desta forma, conseguem vários benefícios, como vigias e bibliotecários para os colégios, entre outros. Conscientes dessa força, é preciso saber trabalhar em grupo, em prol de objetivos comuns.

O educador está construindo a idéia de que o ato pedagógico é um ato que deve ser feito com muita paixão, pois as dificuldades são várias, mas os resultados positivos também. Não pode esquecer que seu maior tesouro é o aluno em busca do futuro, cheio de medos, insegurança, mas ele precisa de uma escola que se preocupe com sua formação, com seu bem estar. O aluno precisa descobrir que a escola não é só um espaço destinado à educação institucionalizada, mas é um espaço que se destina a um aprendizado além, com atividades culturais, desportivas, comunitárias. A escola precisa facilitar a consciência política,

procurando tornar seus educandos cidadãos que sabem do poder que tem nas mãos: a união aliada à educação de qualidade. E cada vez com mais qualidade!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo. A cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré- configurados. Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo de experiências engendradas. A cidadania coletiva é construidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas. A cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram. (GONH, 1994, p.16).

O trabalho de base não é tarefa fácil, mas permeia todo o espaço comunitário. As mobilizações, às vezes, acontecem lentamente, mas de forma intensa.

Se pensarmos nos Movimentos Sociais atuais, são claros os avanços em relação ao passado; hoje há grande articulação e organização dos espaços populares. E estes são incentivos para continuar a caminhada, principalmente junto ao movimento sócio-comunitário. O Fórum do Maciço do Morro da Cruz é um grande articulador, o qual, como campo de estágio, ensina muito sobre organização, proposição, luta por espaços democráticos, justiça social.

É claro que todo o trabalho realizado é apenas a “ponta do iceberg”; ainda há muito a ser feito. Mas o processo está iniciado e a vontade dos moradores é animadora e impulsionadora. Faz com que nós, iniciantes na caminhada, consigamos levantar a cabeça, mesmo depois de uma fase ruim. E essas fases acontecem, independentes do movimento popular.

Apesar da busca pela articulação com o poder público, um consenso muitas vezes não é conseguido – às vezes por falta de vontade política da parte do próprio poder público.

O processo de trabalho do movimento sócio-comunitário e o FMMC continua a busca incessante por novas alternativas, procurando levar justiça social e cidadania a todos, sem distinção. A educação comunitária, assim como a escolar, deve partir da realidade vivenciada pelos participantes da experiência, acontecendo através de um aprendizado mútuo, no qual professores e mobilizadores têm uma importante tarefa: possibilitar a cidadania a um grande contingente de moradores muitas vezes desmotivados.

A escola é um meio de iniciar a participação popular, é a porta de entrada e de permanência dos pais nos colégios, para fazer a partir daí, com que estes conheçam os problemas internos das escolas e, através dessa participação, iniciá-los nas comunidades. Dessa forma, propiciar “mudanças nos processos de exclusão que estão postos” (Padre Vilson Groh, em entrevista concedida à Josiane Stimamiglio em 28/10/2004).

Os professores por estarem conhecendo cada vez mais as comunidades de onde provêm seus alunos, estão se conscientizando da necessidade de mudar a forma de trabalhar as aulas, assim como tentar buscar soluções aos problemas comunitários.

A educação é um dos instrumentos para conquista de uma cidadania consciente. Mas pode-se dizer que “[...] a educação é algo muito mais complexo do que a simples transmissão de conhecimentos. Foi possível entender a educação como uma forma de luta e, conseqüentemente, o procedimento pedagógico como procedimento político” (Pinto, 1986, p. 17). Ela impulsiona a participação popular e a democratização de espaços, idéias e conhecimentos. Tem o papel de tornar seus alunos, pessoas atuantes na sociedade onde vivem, na luta pela consolidação de seus direitos.

O Serviço Social está intimamente ligado à Educação, uma vez que utiliza seus instrumentos e técnicas para colaborar para uma melhor qualidade de vida das famílias, bem como auxiliar nas problemáticas dentro da instituição escolar.

A implementação do projeto de lei 1031/03, de autoria do deputado Carlos Souza (PL/AM), que tramita na câmara dos deputados, institui o Serviço Social Educacional. Este facilitaria a prática escolar, pois segundo o referido projeto, escolas com mais de 200 alunos, dos níveis fundamental e médio, contariam com o Assistente Social, procurando zelar pela permanência e freqüência de seus alunos nas instituições, assim como pela maior participação das escolas nas comunidades, e destas no espaço escolar.

O Assistente Social seria o elo entre a família, a comunidade e a escola, certificando certos comportamentos e acontecimentos, tendo sempre claro a preservação das condições básicas para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. O Serviço Social pode ser visto como primordial para o sucesso escolar; cabe não só relacioná-lo com a aprendizagem, mas com a socialização, cultura, entrosamento, trabalhos em grupo. Não que o serviço social seja a solução para as questões surgidas em âmbito educacional, sem dúvida, estará presente na luta pela melhoria do sistema escolar.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. F. **Comunicação Escola-Família: Gestão de Informação e o Serviço de Orientação Profissional**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

BONETI, D; SILVA, M; SALES, M; GONELLI, V. (orgs). **Serviço Social e Ética profissional: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 1996.

BRASIL. Projeto de Lei 1031/2003. **Institui o Serviço Social Educacional**. Disponível em <http://www.camara.gov.br/>. Acesso em 03/11/2004

CABRAL, K.C. **O outro lado da Qualidade de vida – a pobreza e a desresponsabilização do Estado : uma experiência junto as comunidades da periferia de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

CASSEL, C.; SYMON, G. **Qualitative Methods in Organizational research**. A Practical Guide. London: Sage Publications, p. 107-122, 1995.

CENTRO DE ESTUDOS, CULTURA E CIDADANIA. **Uma Cidade Numa Ilha: Relatórios sobre os Problemas Sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: CECCA_Insular, 1997.

DAROS, M. **Em Busca de Participação: a Luta dos Professores pela Democratização da Educação**. Florianópolis: Núcleo de Publicações, 1999.

DEBARBIEUX, E., BLAYA, C. (org.). **Violência nas Escolas e Políticas Públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

DEMO, T. **Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida**. São Paulo: Editores Associados, 1995.

FANTIN, M. **Construindo Cidadania e Dignidade: Experiências populares de educação e organização no Morro do Horacio**. Florianópolis: Editora Insular, 1997.

FORUM DA CIDADE. **Relatório do I e II Fóruns da Cidade**. Florianópolis, 2001, 2003. (mimeo).

FÓRUM DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ. **Atas das reuniões dos anos de 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004**. Florianópolis. (mimeo).

FÓRUM DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ. Comissão de Educação. **Atas das reuniões dos anos de 2002, 2003, 2004**. Florianópolis. (mimeo).

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa.** 25^o. Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GANDIN, D. **Escola e Transformação Social.** 4^a. Ed. Petrópolis: Vozes. 1997.

GENTILI, P. FRIGOTTO, G.(org.). **A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GERARDI, Denise. M. **Serviço Social e Educação: uma Interface Necessária.** Florianópolis: Guarapuvu. 2000.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia.** São Paulo: Edições Loyola. 1991

_____ **Movimentos Sociais e Educação.** 2^a. Edição. São Paulo: Cortez. 1994.

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

GROH, V. Palestra. **O que é cidadania – um enfoque teórico e vivência prática.** Seminário Estadual: organização e profissionalização das ONGs. Florianópolis, novembro. de 1995

JACOBI, P. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas.** 2^a. Edição. São Paulo: Cortez. 1993.

MATTAR, F.N. **Pesquisa de Marketing.** Vol. 1 e 2. São Paulo: Atlas, 1995.

MELIN, A. **Cidadania Consciente: “um dos desafios do Serviço Social na Educação”.** Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

MINAYO, M. C. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes. 1998.

OLIVEIRA, M. G. **Uma Experiência em Serviço Social na Escola Básica de Demonstração “Lauro Muller”.** Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, 1974.

PINTO, R. M. **Política Educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez. 1986.

RICHARDSON, R.J. (Org.) **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SELL, C. **ONG's: Trabalho de Base ou Formação de Redes? Um Olhar sobre o CEDEP**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

SPOSATI, A. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. **In: Serviço Social e Sociedade. Ano XVIII, n.55**. São Paulo: Cortez, 1997.

Anexo

